

# Boletim de Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda

Agosto | 2018

## Apresentação

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho tem entre suas competências a produção de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capazes de subsidiar o gerenciamento e a implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

### Nesta edição

- 1 **Conjuntura**
- 2 **Intermediação de mão-de-obra**
- 3 **Seguro Desemprego**
- 4 **Qualificação Profissional**
- 5 **PNMPO**
- 6 **PROGER**
- 7 **Abono Salarial**
- 8 **CTPS**
- 9 **Análise Regional**
- 10 **Anexo - Atividades de gestão**

Paralelamente, cabe ao Ministério do Trabalho o papel de exercer a secretaria executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e informar aos conselheiros sobre as ações implementadas com financiamento do Fundo.

Nesse contexto, o presente Boletim configura-se como publicação estratégica para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, o CODEFAT e órgão e entidades executoras dessas políticas, na medida em que apresenta a sistematização dos principais indicadores relevantes para o monitoramento, avaliação e a tomada de decisão dos gestores.

Trazemos os dados das políticas públicas implementadas pela SPPE provenientes de registros administrativos e procuramos, sempre que possível, comparar os resultados com a dinâmica do mercado de trabalho.

Não se trata de uma avaliação do impacto das ações, mas sim, da sistematização de dados que permitem o acompanhamento das políticas públicas e a tomada de decisão baseada em evidências.

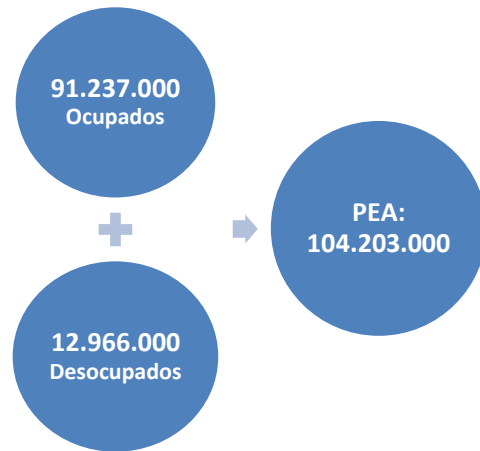
Esta edição apresenta dados até o segundo trimestre de 2018.

**Boa leitura!**

## 1. Conjuntura

Esta seção apresenta um panorama geral de conjuntura, com base na análise dos principais indicadores do mercado de trabalho. Os dados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTb.

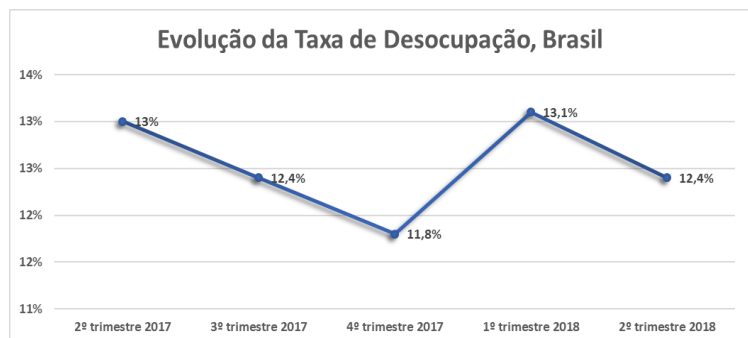
No 2º trimestre de 2018, a PEA brasileira era composta por 104.203.000 de pessoas, entre as quais 91.237.000 (87,6%) estavam ocupadas e 12.966.000 (12,4%) estava em situação de desocupação.



Em relação ao 1º trimestre de 2018, observou-se uma redução de aproximadamente 0,06% na PEA. No contingente de desocupados, nota-se uma redução aproximada de 5,3% e um aumento de 0,7% no total de ocupados.

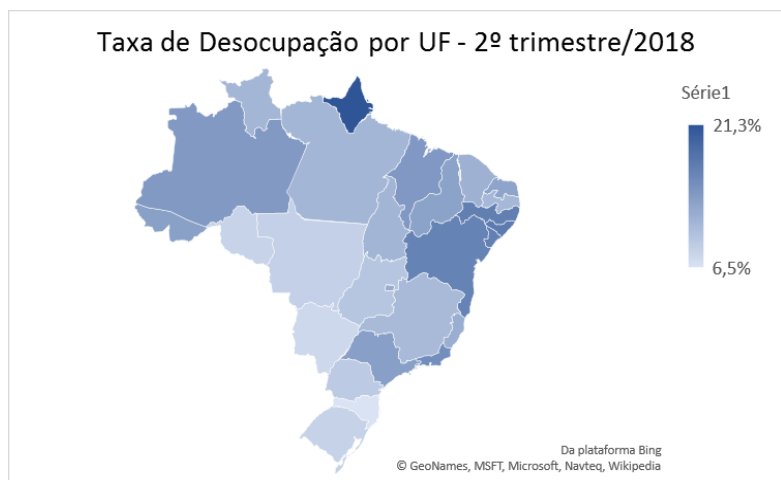
## Desocupação

No período que vai até o 4º trimestre de 2017, a taxa de desocupação reduziu, chegando ao valor de 11,8%. Já no 1º trimestre de 2018, a taxa de desocupação sofre um aumento atingindo 13,1%, mas diminui novamente no 2º trimestre do presente ano, fechando em 12,4%.



Fonte: PNADC-IBGE

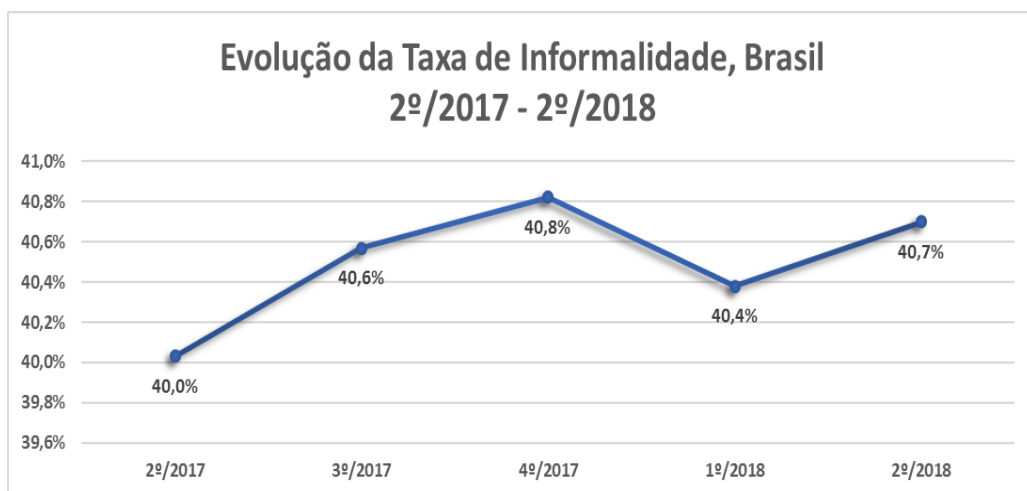
No que se refere à taxa de desocupação por UF, conforme Mapa ao lado, observa-se grande disparidade regional, sendo as maiores taxas observadas no Amapá (21,3%), Alagoas (17,3%) e Pernambuco e Sergipe (16,9 e 16,8%). As menores taxas foram registradas em Santa Catarina (6,5%), Rondônia (8,2%) e Rio Grande do Sul (8,3%).



Fonte: PNADC-IBGE

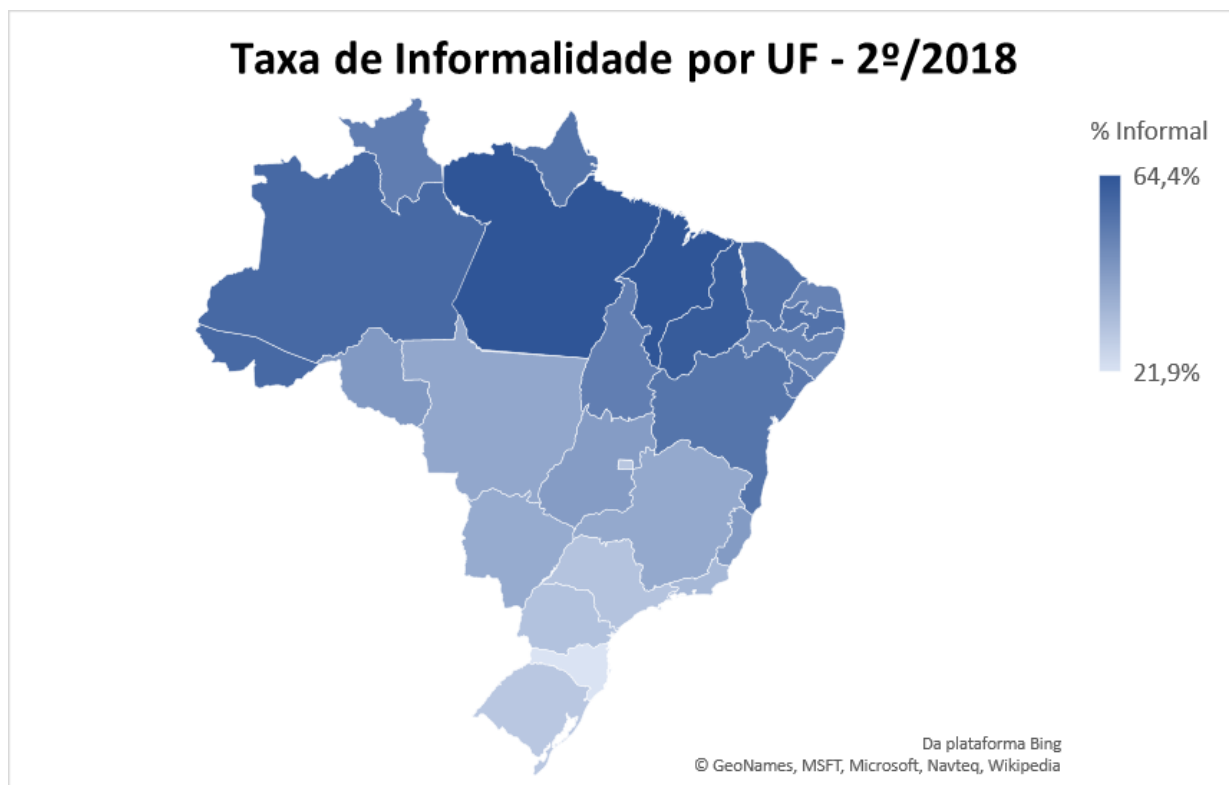
## Informalidade

No 2º trimestre de 2017, 40% do total de ocupados encontravam-se na informalidade, apresentando aumento gradativo até o 4º trimestre de 2017. No primeiro trimestre do ano houve uma oscilação com redução e posterior retomada ao nível anterior no segundo trimestre. Consideram-se informais aqueles trabalhadores assalariados, sem carteira de trabalho assinada, empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares.



Fonte: PNADC-IBGE

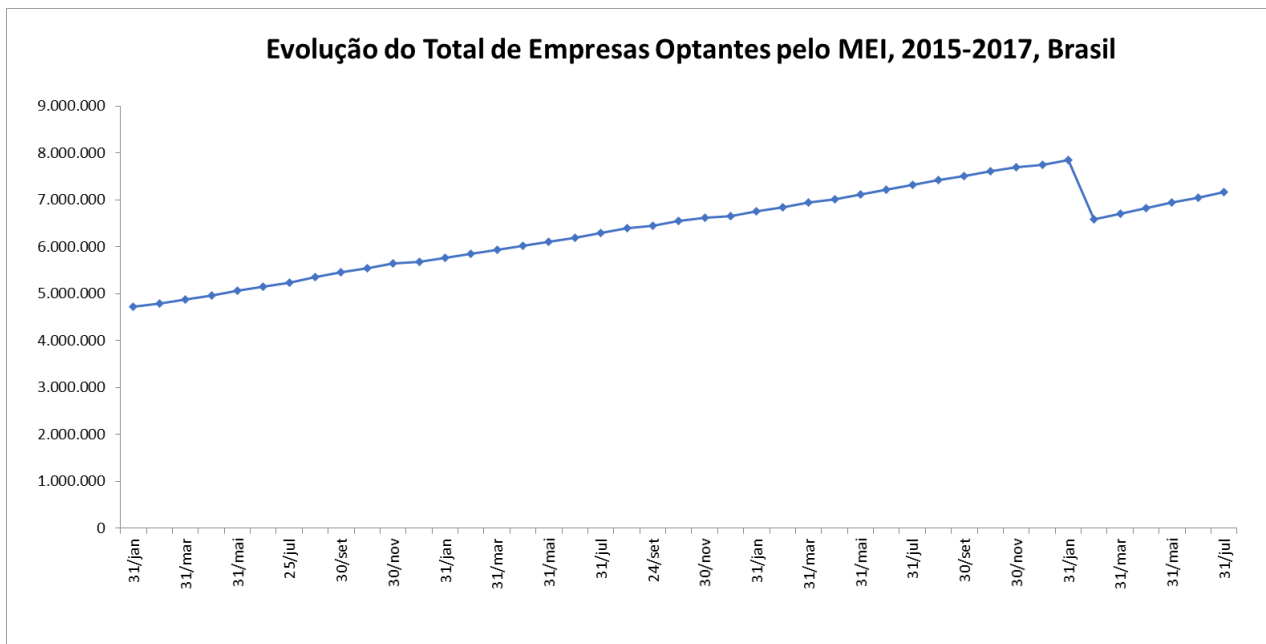
Considerando-se a taxa de informalidade por UF, observa-se que a menor taxa encontra-se em Santa Catarina (21,9%), seguida do Distrito Federal (30,4%) e São Paulo (31,4%). Os Estados que apresentam maiores taxas são o Pará e Maranhão (64,4%), e Piauí (62,4%).



Fonte: PNADC-IBGE

### Microempreendedor Individual

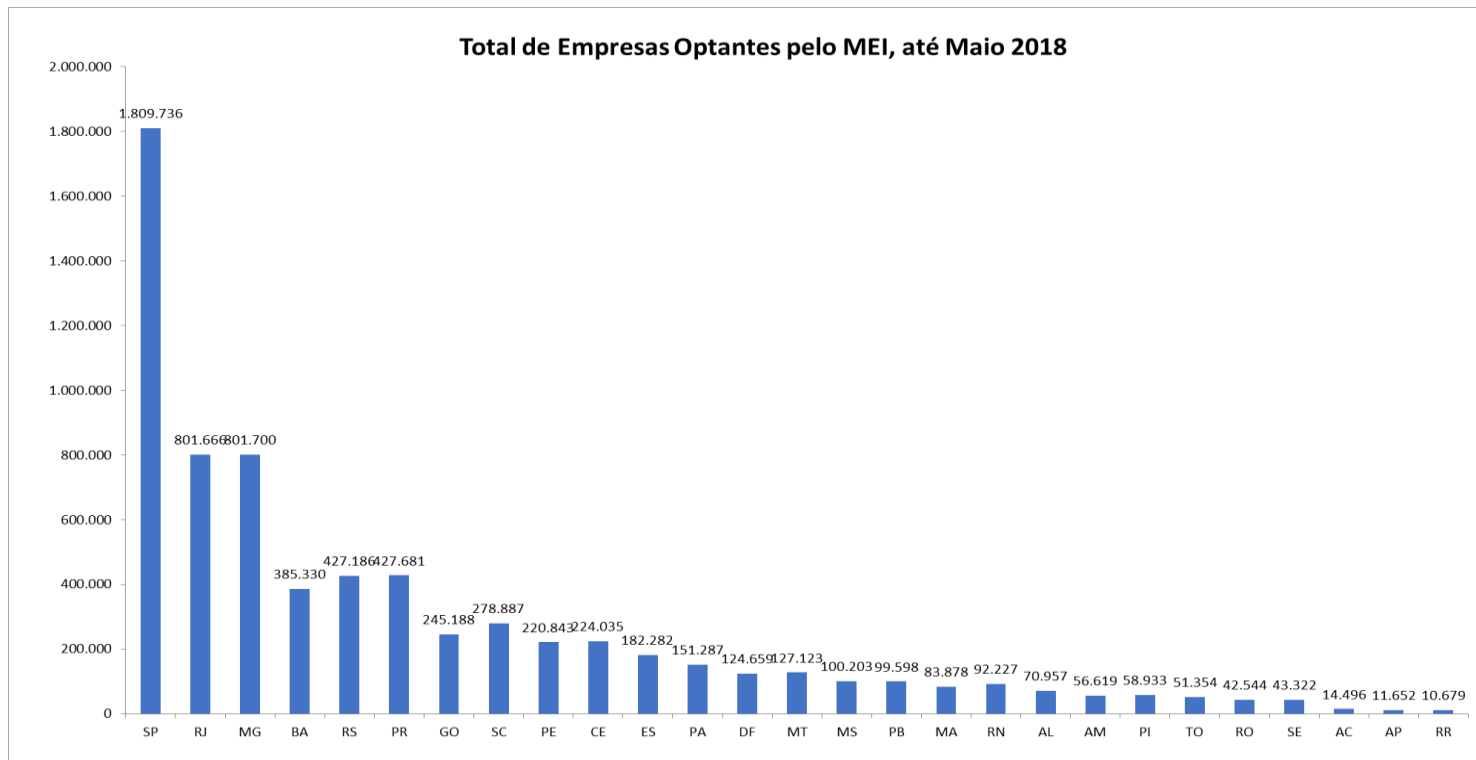
O Microempreendedor Individual apresentou nos últimos 12 meses uma variação relativa de -3,4%. Em fevereiro desse ano, o quantitativo de empresas optantes pelo MEI diminuiu em 1.266.941, mas em março o total de empresas volta a crescer progressivamente, chegando a 7.167.054 em julho.



Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraídos em: 11/08/2018.

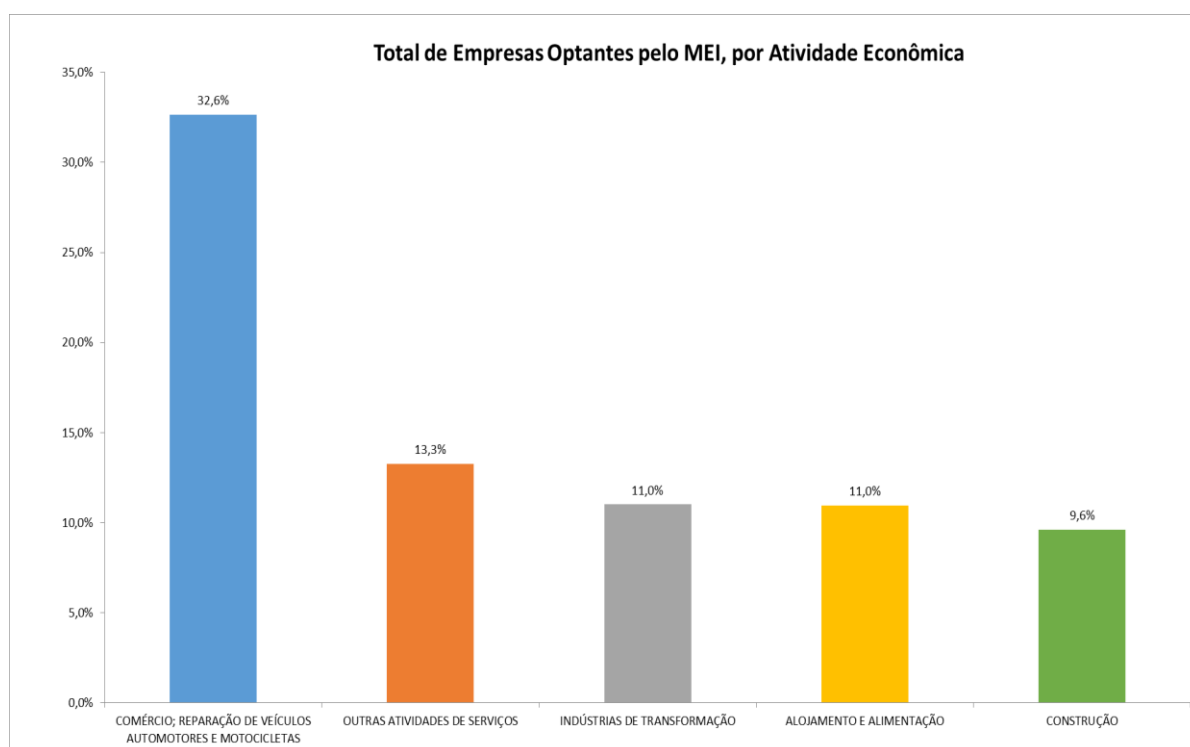
A Unidade Federativa que apresenta o maior número de empresas optantes pelo MEI é São Paulo, com 26% do total de 6.944.065 empresas inclusas no MEI. Em comparação ao mesmo período em 2017, houve uma queda na quantidade de empresas optantes pelo MEI, em 2017 foram 7.119.432 empresas optantes pelo MEI no Brasil.

MINISTÉRIO DO  
**TRABALHO**



Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraído em: 11/08/2018.

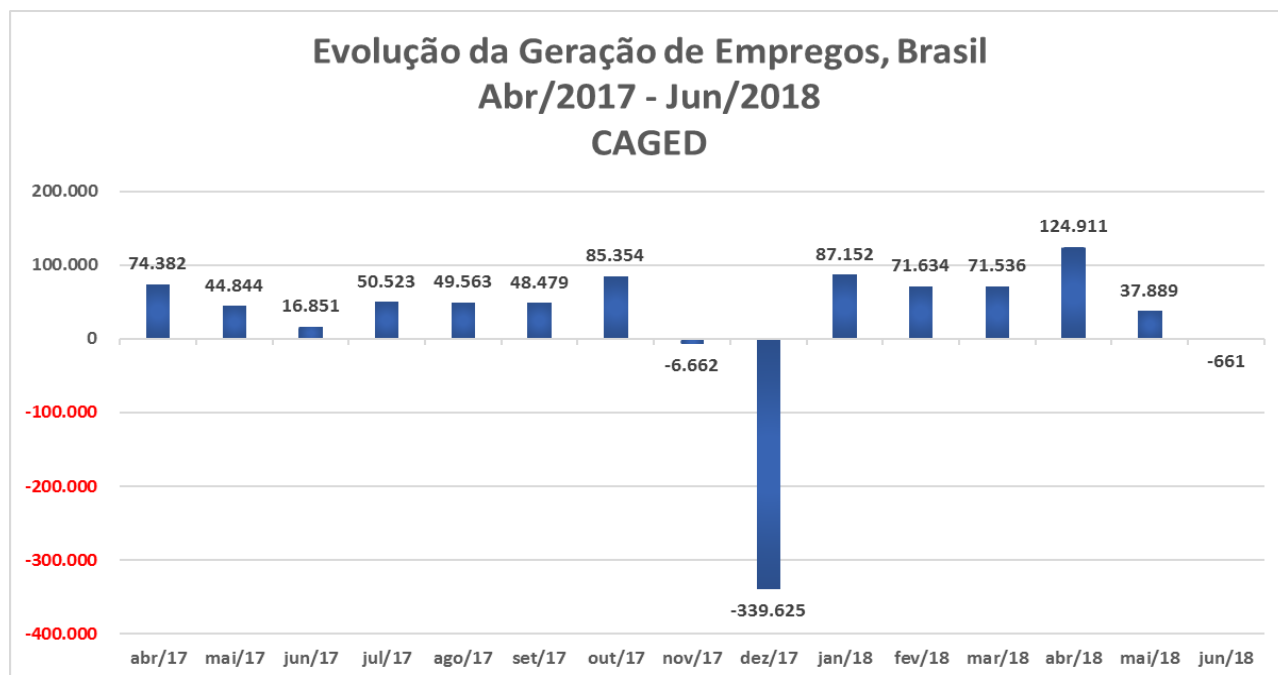
Das empresas optantes pelo MEI, mais de 77% estão concentradas nas atividades econômicas relacionadas à comércio, reparação de veículos, indústria de transformação, alimentação, construção e atividades de serviços. Os outros 23% está distribuído em atividades administrativas, transporte, educação, serviços domésticos, entre outras atividades.



Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraídos em: 18/08/2018.

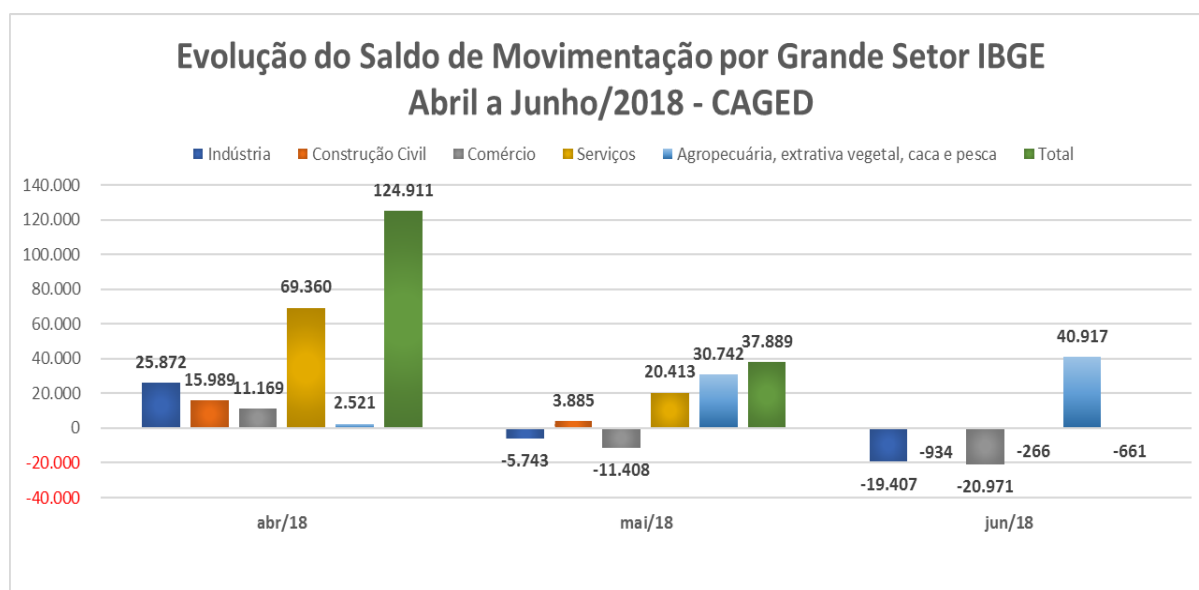
*Mercado de Trabalho Formal*

Ao analisarmos o comportamento do mercado de trabalho no primeiro trimestre deste ano, de acordo com Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), observou-se saldo positivo de 162.139 novos postos de trabalho no acumulado do 2º trimestre.



Fonte: CAGED/MTb

No que se refere ao comportamento dos setores de atividade no período recente, o setor do Comércio apresentou saldo negativo meses de Maio e Junho. Observa-se que o setor de Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca foi o único com saldo positivo no mês de Junho. No acumulado do trimestre o destaque é do setor de serviços.

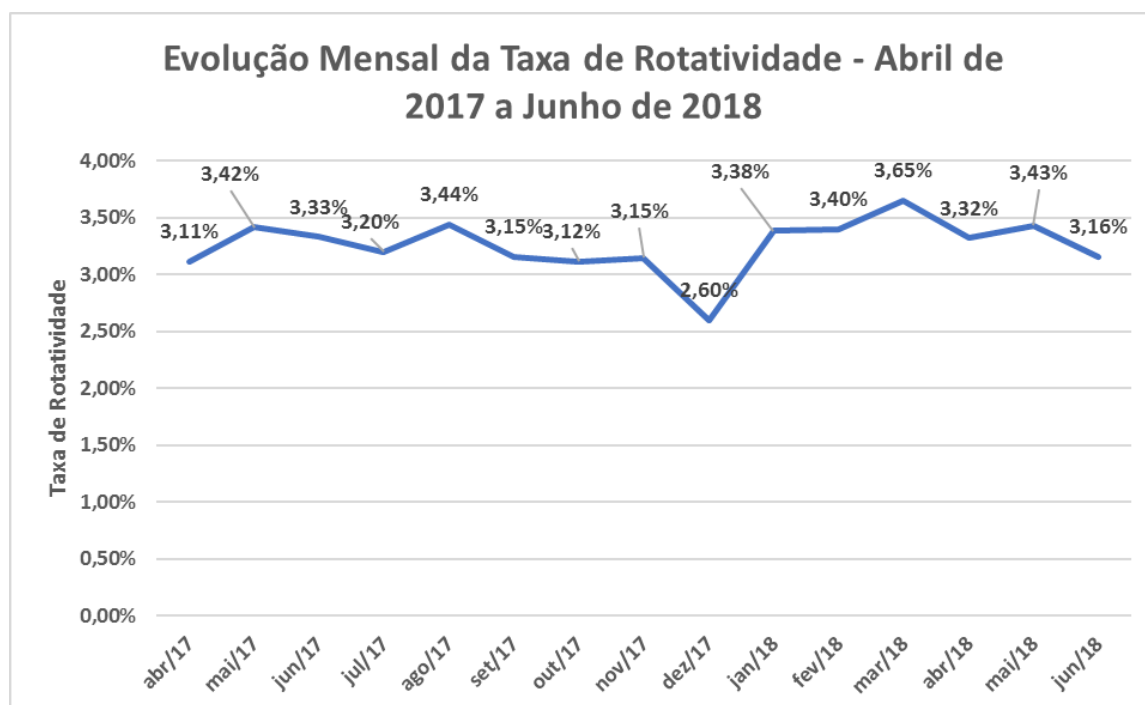


Fonte: CAGED/MTb

### Taxa de Rotatividade

A taxa de rotatividade é calculada como a razão do mínimo entre admitidos e desligados e o estoque médio entre os períodos considerados. Mede o percentual dos trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque médio entre os meses, em nível geográfico e setorial, mas não em nível ocupacional. Assim, esse indicador, em virtude da forma agregada como é calculado, não permite quantificar a substituição dos trabalhadores com o mesmo perfil ocupacional. A base de dados utilizada para o cálculo da taxa de rotatividade nesta seção é a base de gestão do CAGED.

A análise da evolução mensal da taxa de rotatividade do Brasil apresenta um padrão de tendência de alta no início do ano e de queda no fim do ano. No início de 2018 a taxa atinge um valor máximo de 3,65% em março de 2018 e mínimo de 3,16% em junho de 2018.



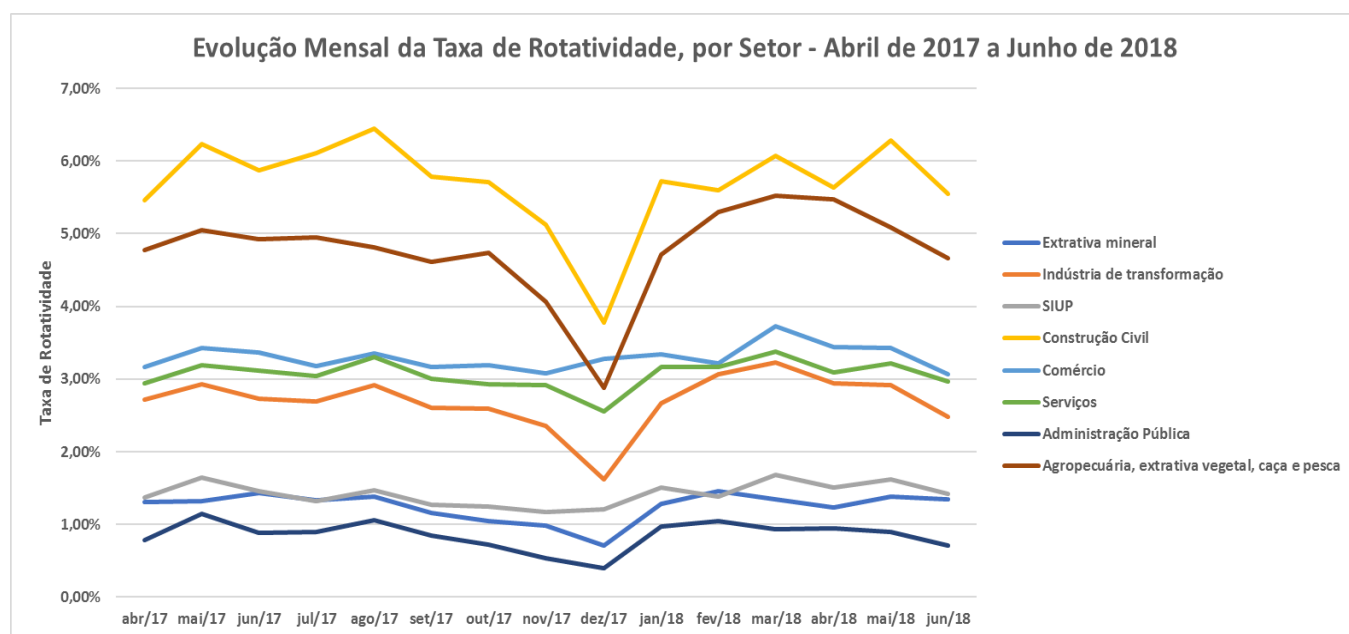
Fonte: BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 15/08/2018.

A evolução mensal da taxa de rotatividade por setor permite identificar tendências sazonais e o comportamento médio da rotatividade dentro dos setores.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO

Os setores de Construção Civil, Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, Serviços, Indústria de Transformação e Extrativa Mineral apresentaram uma tendência de queda da taxa de rotatividade ao longo do ano de 2017 com valores mais altos no início do ano e os menores valores no mês de dezembro. Os outros setores de Comércio, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública apresentaram estabilidade da taxa de rotatividade ao longo do ano. Com o início do ano de 2018 a rotatividade voltou a apresentar crescimento em todos setores com destaque para Construção Civil, Indústria de Transformação e Agropecuária.

Chama atenção os altos valores percentuais (próximos de 4% em média) da taxa para os setores de Construção Civil e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca e o valor baixo do setor de Administração Pública de 0,5% em média.



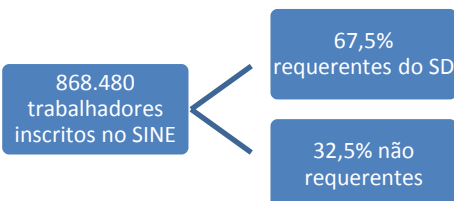
Fonte: BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.



## 2. Intermediação de Mão-de-Obra

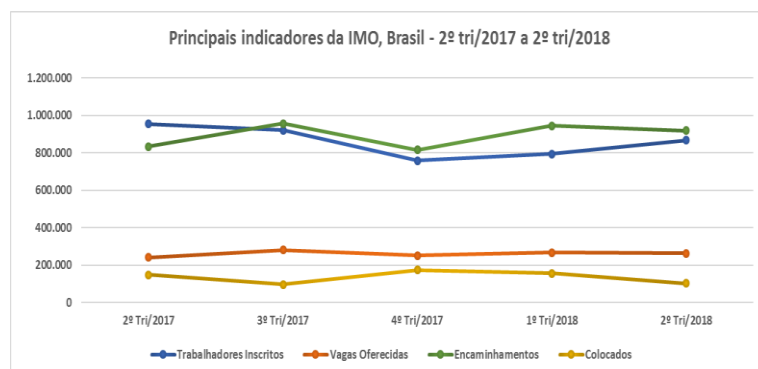
(IMO)

Nesta seção apresentam-se os principais dados e indicadores de acompanhamento da política de intermediação de mão-de-obra (IMO) executada pelo SINE. Os dados são provenientes da base de gestão da IMO. Foi traçada a caracterização por recorte de gênero, faixa etária, escolaridade, ocupação e setor de atuação.



Período	Inscritos	Vagas Oferecidas	Encaminhamentos	Colocados
2º Tri/2017	955.677	242.214	834.658	147.317
3º Tri/2017	921.207	281.276	956.236	97.238
4º Tri/2017	758.803	250.922	817.165	173.098
1º Tri/2018	794.081	267.911	944.977	156.898
2º Tri/2018	868.480	262.289	920.108	102.844

Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 15/08/2018



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 15/08/2018

No segundo trimestre de 2018, houveram 868.480 de trabalhadores inscritos no SINE, desse total, 67,5% eram monitorados pelo Seguro Desemprego (SD).

O número de trabalhadores que se inscreveram no SINE apresenta um aumento de 9,17% do número de inscritos no trimestre anterior.

Em relação aos trabalhadores que conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal por intermédio do SINE, observa-se uma redução no segundo trimestre de 2018 com relação aos demais. Considerando o segundo de 2017 (147.317) e de 2018 (102.844) a redução foi de 30,19%.

### Perfil dos Inscritos

Levando em consideração o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE, em relação ao sexo, faixa etária e grau de instrução, percebe-se que há distinções entre aqueles que eram requerentes do Seguro Desemprego e aqueles que buscaram o SINE apenas à procura de uma vaga de emprego (não requerentes).

## MINISTÉRIO DO TRABALHO

Entre os requerentes do SD, 56,05% eram homens e observa-se concentração na faixa etária de 18 a 24 anos (29,4%) e 30 a 39 anos (25,7%); e na população com ensino médio completo (52,23%). Já entre os não requerentes, predomina o sexo feminino (53,74%) e a concentração na faixa etária de 18 a 24 anos é bem maior, de 53,67%. Em relação a escolaridade, ainda que a maior concentração se dê na população com ensino médio completo (42,22%), observa-se que essa porcentagem é menor que nos trabalhadores requerentes, havendo ainda um destaque para a faixa de ensino médio incompleto com 23,3%. Nesse cenário, destaca-se à procura de emprego no SINE especialmente pelos mais jovens.

PERFIL DOS INSCRITOS NO SINE (%), 2º trimestre de 2018		
	Requerente do SD	Não requerente do SD
<b>Sexo</b>		
Homens	56,0%	46,2%
Mulheres	43,9%	53,7%
<b>Faixa etária</b>		
Até 17 anos	0,3%	12,5%
18 a 24 anos	29,4%	53,6%
25 a 29 anos	14,9%	8,2%
30 a 39 anos	25,6%	13,3%
40 a 49 anos	18,0%	8,0%
50 a 64 anos	11,2%	5,6%
65 anos ou mais	0,3%	0,4%
<b>Grau de instrução</b>		
Sem instrução	0,7%	0,2%
Ensino fundamental incompleto	12,9%	14,1%
Ensino fundamental completo	9,6%	6,8%
Ensino médio incompleto	9,8%	23,3%
Ensino médio completo	52,2%	42,2%
Ensino superior incompleto	4,7%	6,7%
Ensino superior completo	9,4%	4,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 15/08/2018

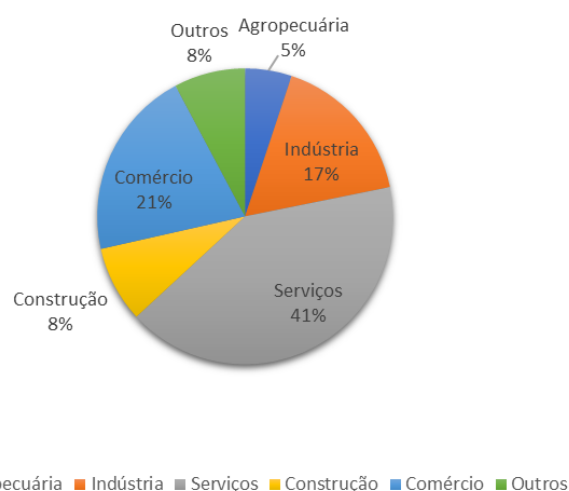
### Perfil das vagas ofertadas no SINE

No que se refere às vagas de emprego oferecidas pelo SINE, observa-se que, no segundo trimestre de 2018, a grande maioria (41,3%) era no setor de serviços, seguida pelo comércio (20,7%) e indústria (16,7%). As principais ocupações das vagas oferecidas foram: Alimentador de Linha de Produção, Faxineiro e Vendedor de Comércio Varejista. As ocupações com maior oferta de vagas, nesse período, podem ser observadas na tabela abaixo, bem como a distribuição por setor.

Quantidade de vagas oferecidas no SINE por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	2º trimestre de 2018	%
Alimentador de Linha de Produção	13.603	7,85%
Faxineiro	8.755	5,05%
Vendedor de Comercio Varejista	7.998	4,62%
Inválido	5.020	2,90%
Operador de Caixa	4.578	2,64%
Auxiliar de Escritório, em Geral	4.287	2,47%
Servente de Obras	4.233	2,44%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	4.067	2,35%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Inte)	4.013	2,32%
Atendente de lojas e mercados	3.788	2,19%
Vendedor Pracista	3.688	2,13%
Operador de Telemarketing Receptivo	3.673	2,12%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	3.203	1,85%
Repositor de Mercadorias	2.542	1,47%
Embalador, a Mao	2.432	1,40%
Vendedor em Domicílio	2.331	1,35%
Atendente de Lanchonete	2.214	1,28%
Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	2.210	1,28%
Operador de Telemarketing Ativo	2.121	1,22%
Trabalhador Volante da Agricultura	2.071	1,20%
<b>Total</b>	<b>173.265</b>	<b>50%</b>

Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 18/08/2018

### Vagas Oferecidas no SINE por Setor, Brasil - 2º trimestre/2018



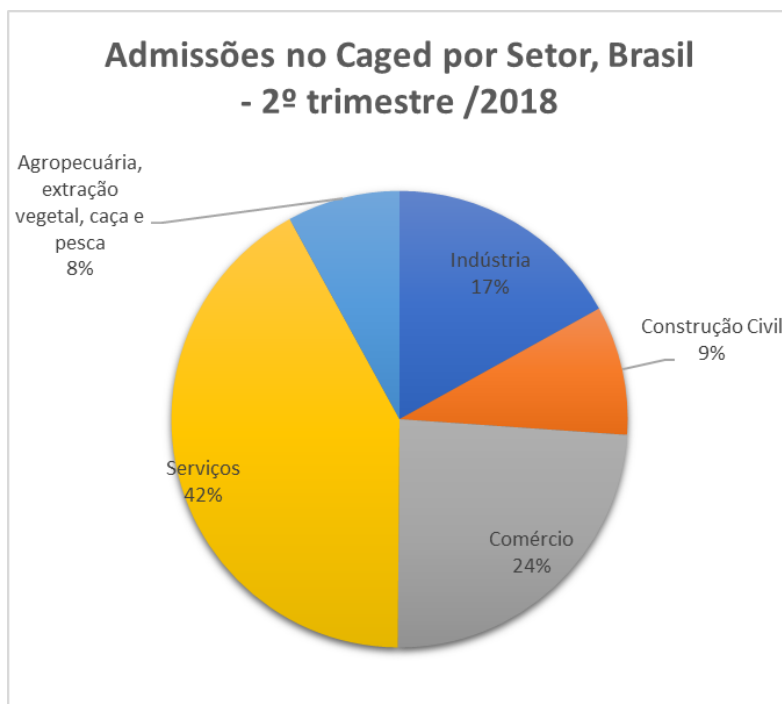
Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 15/08/2018

MINISTÉRIO DO  
**TRABALHO**

Quando comparamos com as admissões no mercado formal, do ponto de vista setorial e ocupacional, observa-se que as vagas oferecidas no SINE têm perfil semelhante.

Total de admissões no CAGED por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	2º Trimestre de 2018	%
Vendedor de Comercio Varejista	226.793	5,9%
Auxiliar de Escritório, em Geral	169.242	4,4%
Faxineiro	155.101	4,1%
Alimentador de Linha de Produção	130.059	3,4%
Servente de Obras	122.459	3,2%
Assistente Administrativo	109.774	2,9%
Operador de Caixa	93.303	2,4%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	75.176	2,0%
Repositor de Mercadorias	64.653	1,7%
Recepcionista, em Geral	59.903	1,6%
Atendente de Lanchonete	58.258	1,5%
Pedreiro	57.412	1,5%
Trabalhador Volante da Agricultura	54.460	1,4%
Trabalhador Agropecuário em Geral	53.597	1,4%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	49.898	1,3%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	48.101	1,3%
Cozinheiro Geral	46.558	1,2%
Porteiro de Edifícios	44.166	1,2%
Atendente de Lojas e Mercados	43.888	1,1%
Almoxarife	39.591	1,0%
<b>Total</b>	<b>3.821.325</b>	<b>44,5%</b>

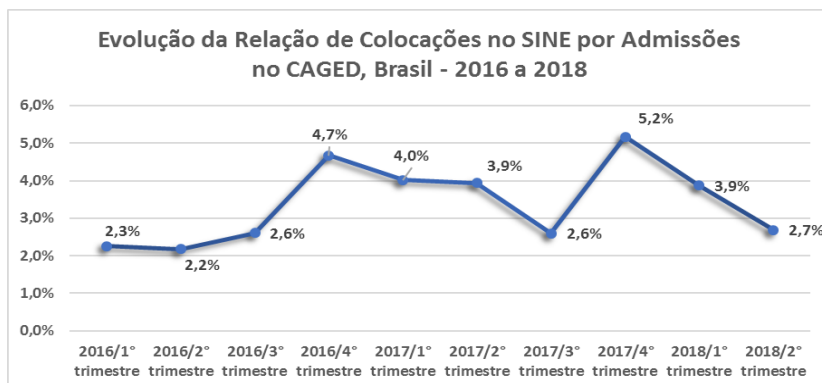
Fonte: BGCAGED/MTb



Fonte: BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 15/08/2018.

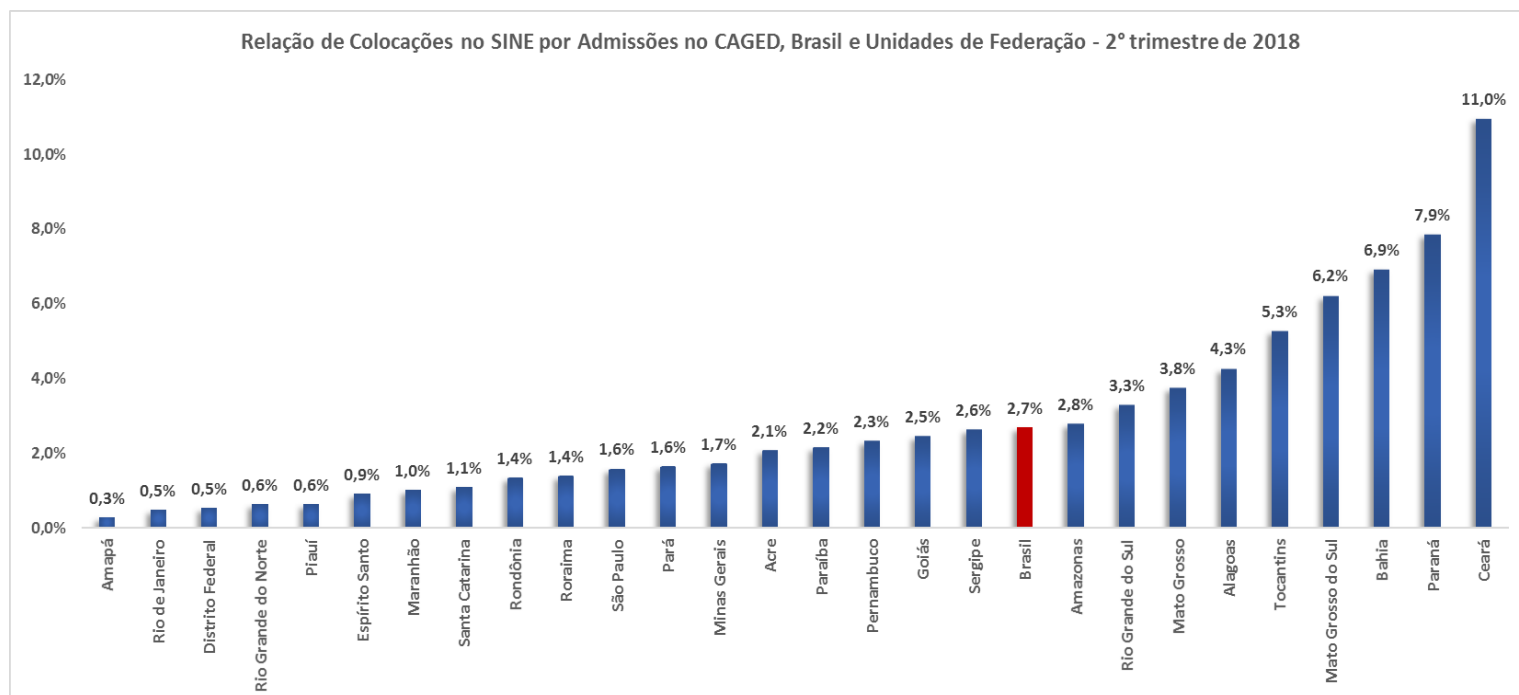
### Indicadores de efetividade do SINE

A razão entre o total de colocados pelo SINE e o total de admitidos no mercado de trabalho formal reflete a contribuição do SINE para a dinâmica do mercado de trabalho. No segundo trimestre de 2018, na média nacional, 2,7% das admissões no mercado de trabalho formal se deram por meio da política de intermediação de mão-de-obra do SINE.



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 20/08/2018

A análise regional revela grande disparidade entre os estados, sendo Ceará, Paraná e Bahia aqueles que apresentaram melhor desempenho no período.



Fonte: BGIMO/MTb e BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 20/08/2018

## MINISTÉRIO DO TRABALHO

A tabela abaixo apresenta o número de trabalhadores inscritos por ocupação pretendida informada, bem como a quantidade de encaminhamentos, colocados e as vagas oferecidas. Percebe-se que há um percentual de vagas ofertadas que não estão sendo preenchidas, mesmo havendo um grande número de trabalhadores com o mesmo perfil em termos de pretensão ocupacional. Tais dados apontam para os desafios enfrentados na implementação da política de intermediação de mão-de-obra no SINE que, tendo em vista a melhoria da eficiência do serviço, devem ser investigados.

Quantidade de trabalhadores inscritos, vagas oferecidas e trabalhadores inscritos no SINE por CBO Ocupação (20+), 2º trimestre de 2018					
Ocupação Pretendida	Trabalhadores inscritos	Trabalhadores Encaminhados	Vagas Oferecidas	Trabalhadores colocados	Colocados/Vagas oferecidas
Vendedor de Comercio Varejista	99.805	54.476	7.998	1.902	23,8%
Auxiliar de Escritório, em Geral	97.207	34.122	4.287	1.927	44,9%
Atendente de lojas e mercados	72.476	25.133	3.788	1.013	26,7%
Alimentador de Linha de Produção	71.904	67.097	13.603	9.115	67,0%
Faxineiro	64.011	62.887	8.755	3.329	38,0%
Recepcionista, em Geral	62.328	14.340	1.701	721	42,4%
Repositor de Mercadorias	56.105	15.809	2.542	1.002	39,4%
Operador de Caixa	54.319	28.760	4.578	1.976	43,2%
Assistente Administrativo	31.821	10.153	1.442	1.627	112,8%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	30.036	33.656	4.067	1.111	27,3%
Inválido	29.782	25.628	5.020	1.463	29,1%
Atendente de Lanchonete	27.857	12.064	2.214	480	21,7%
Servente de Obras	27.596	21.353	4.233	2.743	64,8%
Embalador, a Mao	22.468	6.799	2.432	542	22,3%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	20.057	21.816	3.203	1.620	50,6%
Operador de Telemarketing Receptivo	18.856	12.153	3.673	513	14,0%
Empregado Doméstico nos Serviços Gerais	18.339	14.047	1.495	583	39,0%
Ajudante de Motorista	15.871	11.497	1.940	693	35,7%
Trabalhador da Manutenção de Edificações	15.156	9.326	1.282	634	49,5%
Garçom	14.519	9.739	1.594	328	20,6%

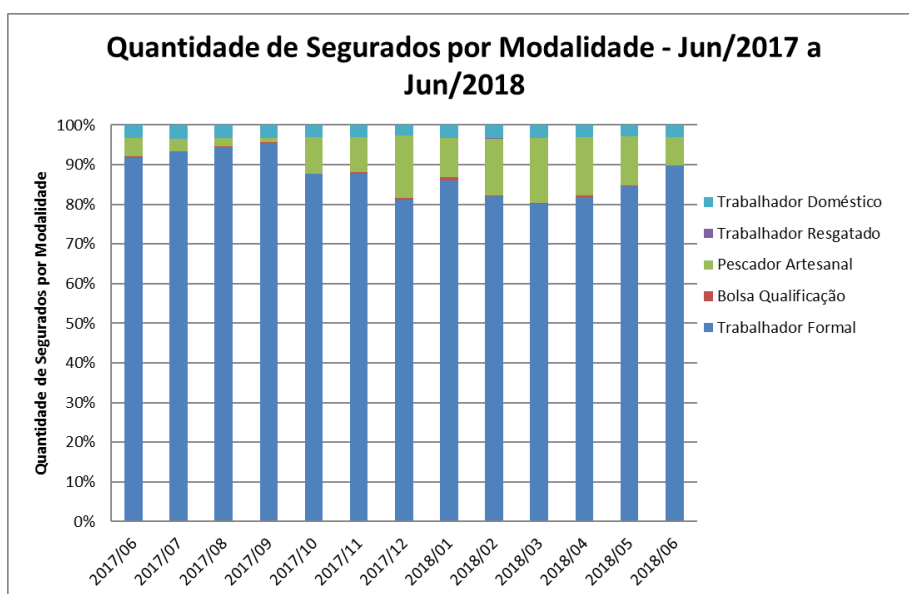
Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 20/08/2018

### 3. Seguro-Desemprego

Nesta seção apresenta-se alguns dados e indicadores sobre o Seguro-Desemprego. As bases de dados utilizadas são a base de gestão do CAGED e a base de gestão do Seguro-Desemprego.

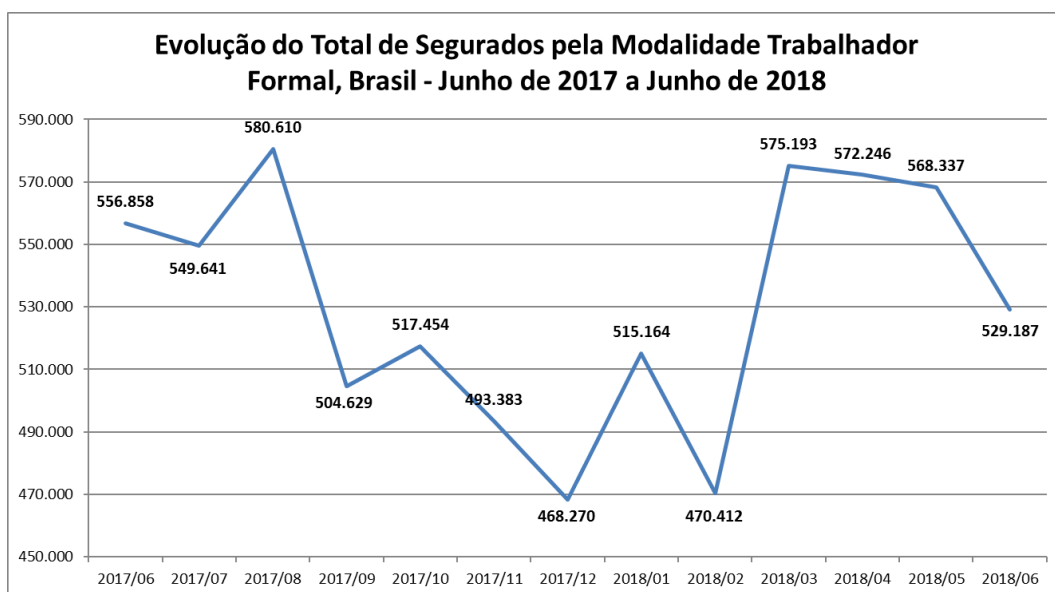
#### O programa do Seguro-Desemprego

De junho de 2017 a junho de 2018 em média 609.284 requerentes do seguro desemprego por alguma das modalidades conseguiram receber o direito por mês. Abaixo é apresentada uma tabela com a evolução da quantidade de segurados por modalidade nos últimos 13 meses.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 13/08/2018.

A modalidade trabalhador formal é aquela que apresenta maior quantidade de segurados. O maior valor de novos segurados por essa modalidade no período de junho de 2017 a junho de 2018 foi de 580.610 no mês de agosto de 2017 enquanto dezembro de 2017 registrou o menor valor de novos segurados com 468.270.

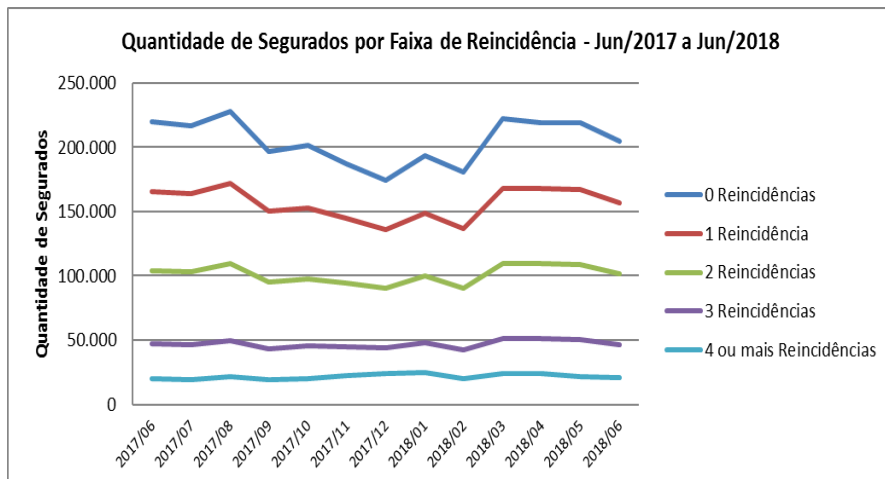


Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 13/08/2018.

### Reincidências

A base de gestão do Seguro Desemprego permite apresentar a quantidade de segurados de acordo com a reincidência de requerimento do seguro desemprego. As faixas apresentadas são de nenhuma reincidência, uma reincidência, duas reincidências, três reincidências e quatro ou mais reincidências.

Observa-se que as faixas de reincidência que possuem mais segurados são aquelas com menos reincidências.

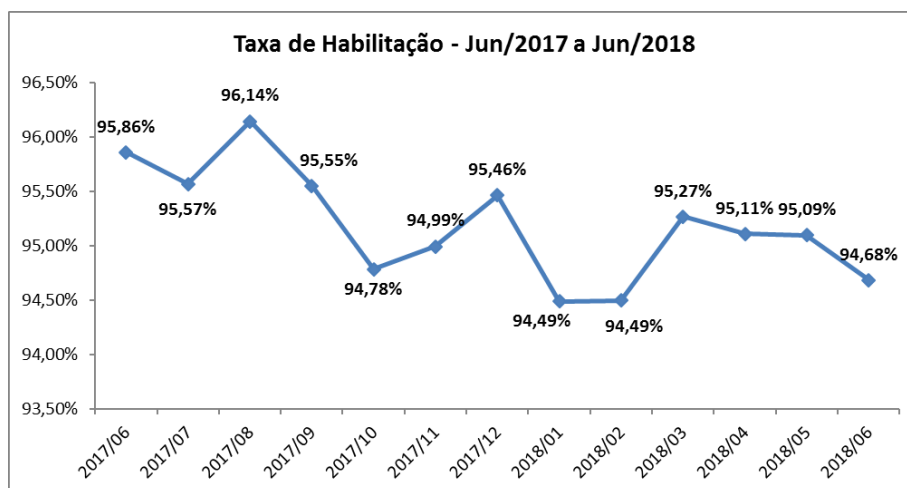


Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 13/08/2018.

### Taxa de Habilitação

A taxa de habilitação do seguro desemprego é um indicador calculado como a razão da quantidade de segurados no período pela quantidade de requerentes do seguro desemprego no período.

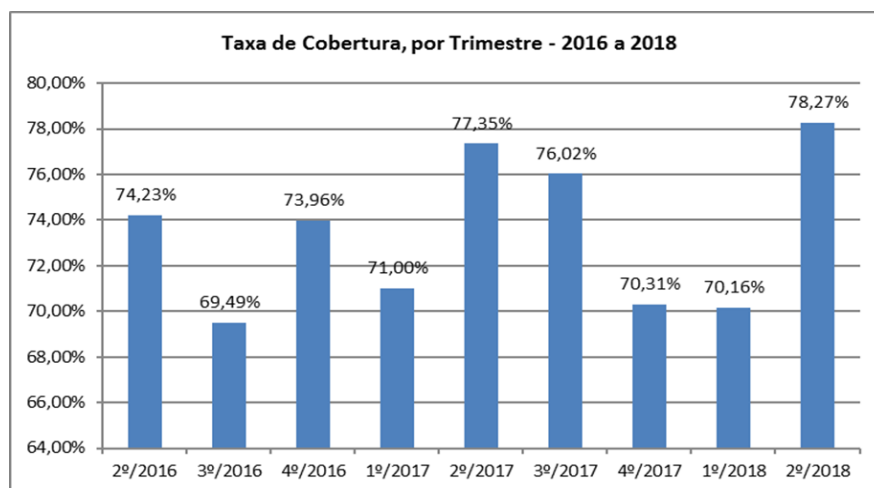
Destacam-se os altos valores de taxa de habilitação para o seguro desemprego, revelando que a expectativa dos trabalhadores, juntamente com o serviço de atendimento ao requerente, vem mantendo seu elevado desempenho, apesar da tendência de queda nos últimos meses.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 13/08/2018.

### Taxa de Cobertura

A taxa de cobertura do seguro-desemprego é um indicador calculado pela razão da quantidade de segurados no período e a quantidade de desligados que são potenciais requerentes pelos dados do CAGED. Para a estimação dos potenciais requerentes do seguro desemprego através do CAGED foram considerados todos os desligados com tipo de desligamento sem justa causa.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 13/08/2018.

A evolução trimestral revela uma tendência de estabilidade da taxa de cobertura do seguro desemprego fluando entre 70% e 80%. O segundo trimestre de 2018 apresentou o maior valor de taxa de cobertura da série com 78,27% com um crescimento considerável em relação ao trimestre anterior (70,16%). Esse movimento foi decorrente de um aumento na quantidade de segurados de 109.001 associado a uma queda na quantidade de desligados sem justa causa de 91.216.

### Perfil dos Segurados

Nesta seção são apresentadas as características de faixa etária e gênero dos segurados nos meses de janeiro a março de 2018. Os dados mostram que a maioria dos segurados são homens representando 60,3% do total. Todavia, as mulheres apresentam uma taxa de cobertura superior à masculina (83,29% contra 75,28%).

Por faixa etária a distribuição da quantidade de segurados e da taxa de cobertura apresenta, em geral, valores maiores para as faixas medianas de idade e valores menores para faixas mais jovens e mais idosas. Vale ressaltar os maiores valores de segurados para a faixa de 30 a 39 anos e de taxa de cobertura para a faixa de 40 a 49 anos.

PERFIL DOS SEGURADOS (%), de Abril a Junho de 2018		
	Segurados	Taxa de Cobertura
<b>Sexo</b>		
Homens	1.007.094	75,28%
Mulheres	662.676	83,29%
<b>Faixa etária</b>		
Até 17 anos	1.848	27,00%
18 a 24 anos	293.071	68,95%
25 a 29 anos	323.016	80,69%
30 a 39 anos	564.665	82,34%
40 a 49 anos	320.823	83,59%
50 a 64 anos	163.036	75,12%
65 anos ou mais	3.305	22,66%

Fonte: BGSD/MTb e BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 13/08/2018.



## 4. Qualificação profissional

### Escola do Trabalhador

A Escola do Trabalhador é uma das ações implementadas pelo Ministério do Trabalho (MTb) visando a qualificação de milhares de trabalhadores brasileiros e o combate ao desemprego. Por meio da Escola serão ofertados cursos em doze eixos tecnológicos, respeitando as definições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Os cursos disponibilizados na Escola do Trabalhador são online, abertos à sociedade, com acesso irrestrito, gratuito e sem necessidade de escolaridade prévia. A certificação será realizada pela Universidade de Brasília (UnB) como cursos de extensão.

Os dados analisados dizem respeito ao período janeiro de 2018 a junho de 2018, durante o qual foram realizadas **224.214 matrículas** nos cursos oferecidos e **150.512 cadastros de usuários**. A matrícula é o ato de registro no portal do interesse de um participante em realizar o curso; como o mesmo participante pode se inscrever em mais de um curso o número de matrículas tende a ser maior do que o de usuários inscritos.

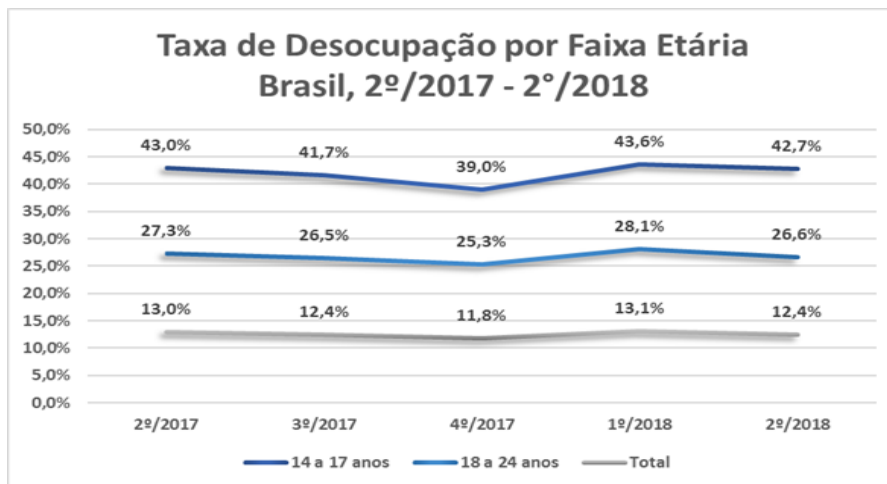
No período de novembro de 2017 a junho de 2018 foram realizadas **417.680** matrículas. Na tabela abaixo consta o ranking dos cinco cursos com mais inscrições:

Ranking dos 5 cursos com mais matrículas			
Curso	Matrículas	Atividades Respondidas	Apto para Certificado
Inglês aplicado ao trabalho	58.817	7.616	6.743
Introdução ao Excel	38.535	4.994	4.307
Segurança da Informação	25.581	4.434	3.375
Fundamentos e Processos de gestão de Recursos Humanos	20.600	3.888	3.230
Edição e tratamento de imagens	20.259	2.870	2.471

Da implementação da Escola do Trabalhador em novembro de 2017 até junho de 2018 foram realizados **1.895.885 acessos ao site** com de **331.212 usuários cadastrados** e **44.835 certificados emitidos**.

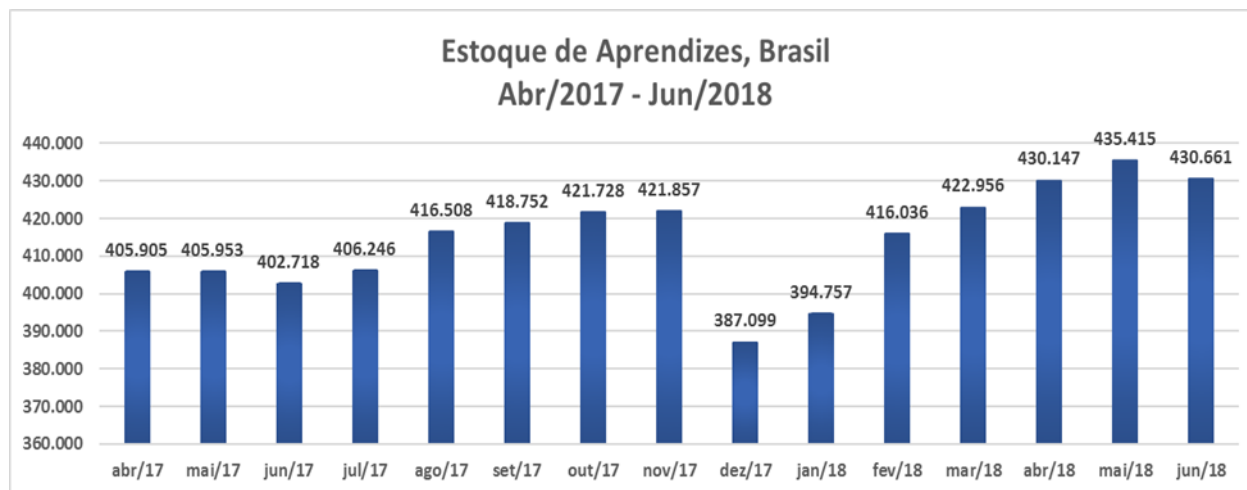
*Aprendizagem Profissional*

Em relação ao público da aprendizagem profissional, observa-se uma pequena redução na taxa de desocupação para ambos os grupos, apresentando no 2º trimestre de 2018 o índice de 42,7% para o grupo de 14 a 17 anos e 26,6% para o grupo de 18 a 24 anos.



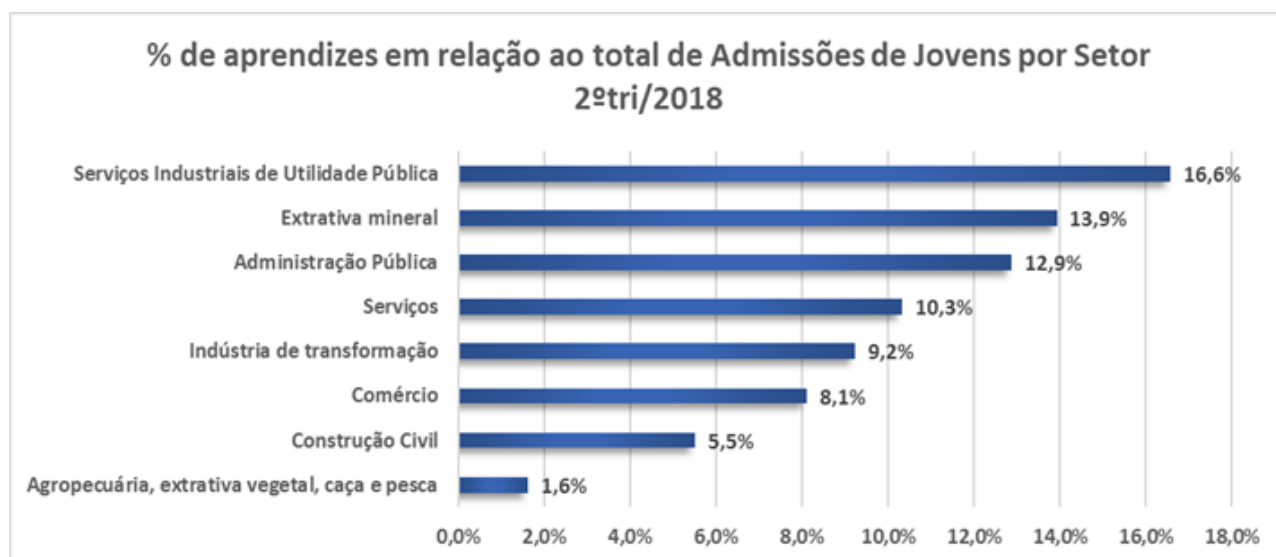
Fonte: PNADC/IBGE

Com base nos dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), obtemos o estoque referente ao valor total de aprendizes ocupados durante o ano de 2017 e início de 2018. Nota-se uma recuperação, que atinge seu maior valor em maio de 2018, com um total de 435.415 aprendizes.



Fonte: RAIS e CAGED/MTb.

Em relação à representação dos aprendizes no mercado de trabalho, observou-se que do total de jovens de 14 a 24 anos admitidos de maio a junho de 2018, 16,6% foram alocados no setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública, seguido de 13,9% na Extrativa Mineral e 12,9% na Administração Pública.



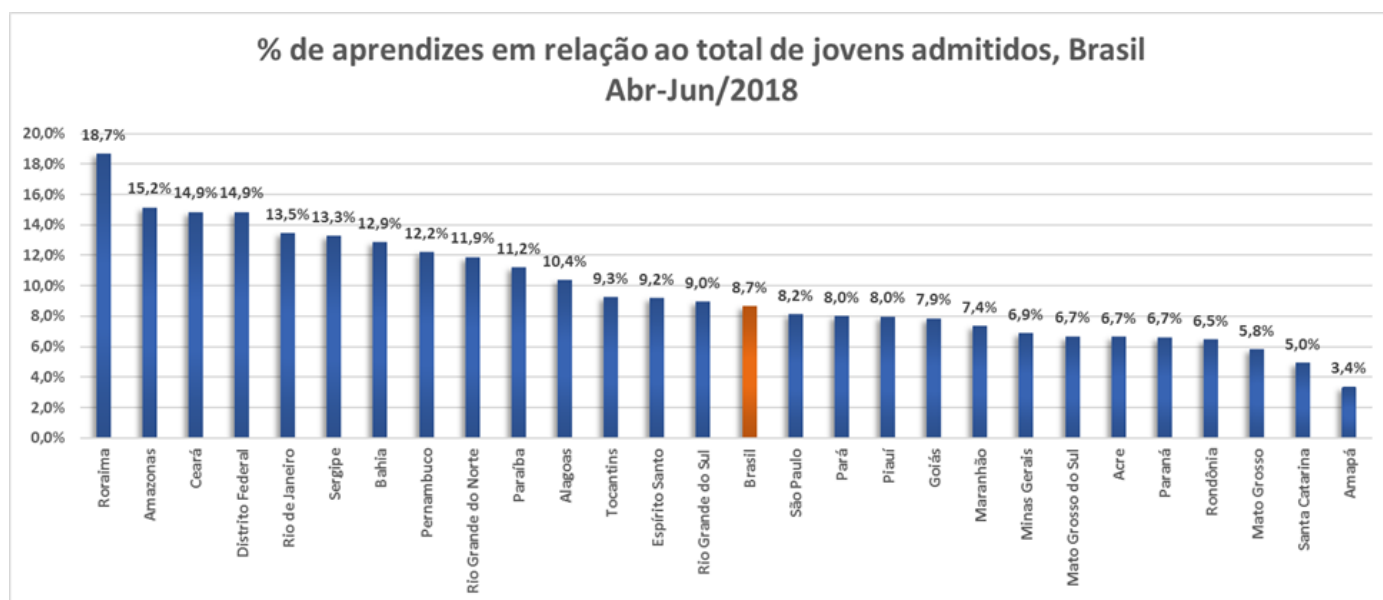
Fonte: CAGED/MTb.

No que se refere à ocupação, a tabela abaixo apresenta o ranking das 10 maiores ocupações entre os aprendizes. Destaca-se que entre os jovens admitidos no período como “Escriturário de Banco” e “Auxiliar de Escritório, em geral”, 55,7% e 44,1% foram contratados como aprendizes, respectivamente. A ocupação “Assistente administrativo”, uma das mais representativas entre os aprendizes, teve um aumento de 32,2% para 37,8% do primeiro para o segundo trimestre de 2018.

Total de Admissões de Jovens por Ocupação – Abr/2018 a Jun/2018				
Ocupação	Aprendiz			% Aprendiz
	Não	Sim	Total	
<b>Auxiliar de Escritório, em Geral</b>	54.601	42.988	97.589	44,1%
<b>Assistente Administrativo</b>	30.432	18.529	48.961	37,8%
<b>Vendedor de Comércio Varejista</b>	90.085	6.800	96.885	7,0%
<b>Repositor de Mercadorias</b>	30.354	6.589	36.943	17,8%
<b>Alimentador de Linha de Produção</b>	52.915	3.117	56.032	5,6%
<b>Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral</b>	2.577	1.940	4.517	42,9%
<b>Embalador, a Mão</b>	16.712	1.571	18.283	8,6%
<b>Contínuo</b>	6.426	1.337	7.763	17,2%
<b>Escriturário de Banco</b>	1.018	1.280	2.298	55,7%
<b>Trabalhador Polivalente da Confecção de Calçados</b>	3.195	993	4.188	23,7%

Fonte: CAGED/MTb.

No gráfico abaixo exibimos os percentuais de aprendizes ocupados em relação ao total de jovens por Unidades de Federação. Roraima, Amazonas e Ceará lideram com 18,7%, 15,2% e 14,9%. Amapá encontra-se na última colocação, com apenas 3,4% de admissões em relação ao total de jovens.

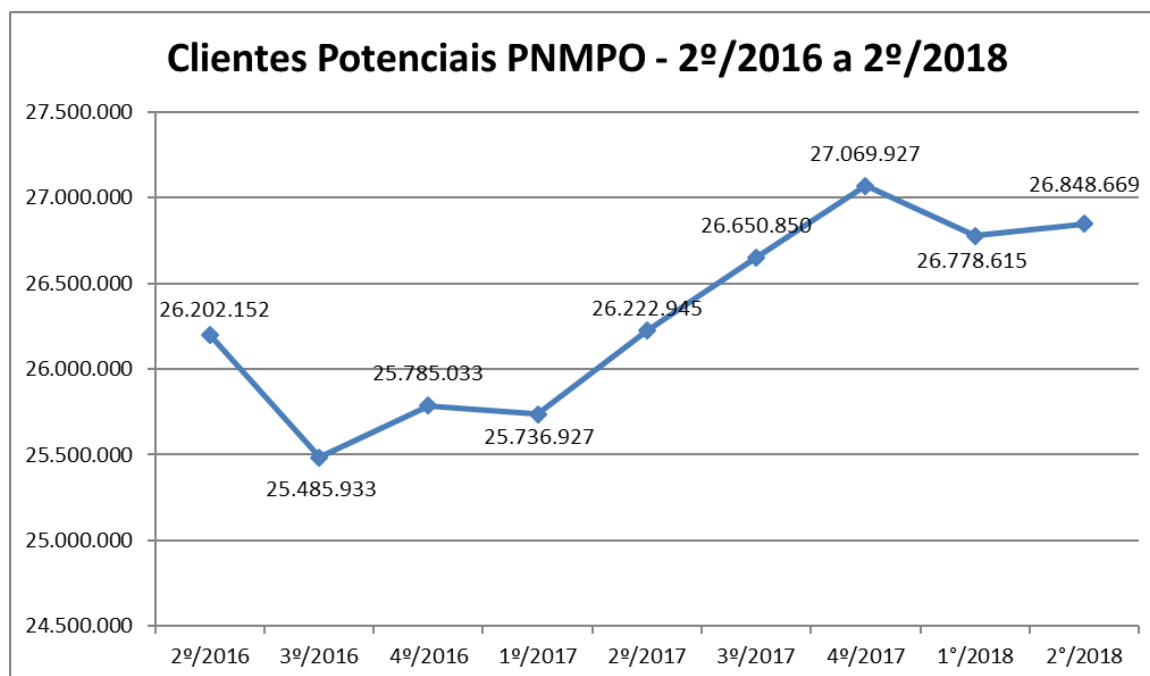


Fonte: CAGED/MTb.

## 5. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

Nesta seção apresentamos análise sobre o público potencial do PNMPO, medido como o total de empreendedores (empregadores e trabalhadores por conta própria), com renda até R\$10.000,00 mensais, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE).

Observando evolução do público potencial do segundo trimestre de 2016 ao primeiro trimestre de 2018 verifica-se um crescimento do público tomador de microcrédito até o quarto trimestre do ano passado, onde nota-se o ápice desse período, em que se atingiu um público tomador potencial estimado de 27.069.927 empreendedores, com crescimento de +5,0 % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No segundo trimestre de 2018 o público tomador de microcrédito apresentou um crescimento de 0,3%, atingindo 26.848.669 empreendedores.



Fonte: PNADC/IBGE.

## 6. Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (PROGER)

No período de junho de 2017 a junho de 2018 houve uma queda no total de contratos firmados no âmbito do PROGER, passando do valor máximo de 17.446 contratos em junho de 2017 para 1.499 contratos em junho de 2018.

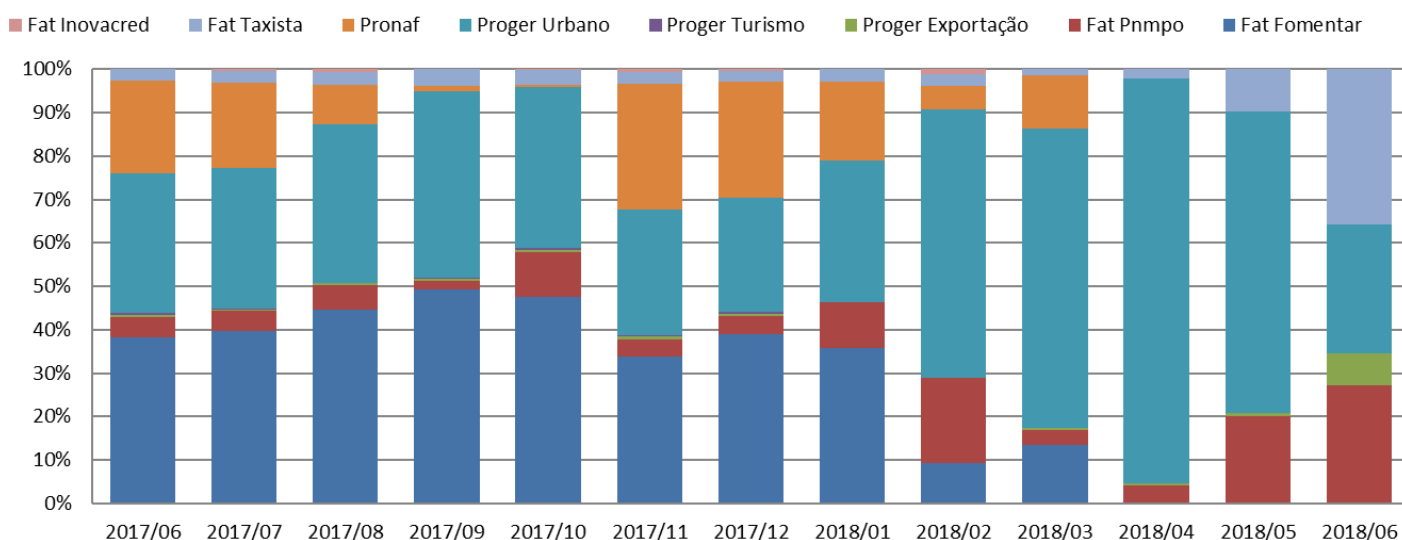
Nesse período, o programa apresentou variação no valor emprestado por mês, com maior valor observado em março de 2018 (R\$ 443.173.136,93) e menor em junho de 2018 (R\$ 23.385.716,42), como mostra a tabela ao lado.

Evolução da Quantidade de Contratos e Volume de Recursos Repassados - junho de 2017 a junho de 2018		
Competência Contrato	Qtd de Contratos	Volume de Recursos
2017/06	17.446	R\$ 395.939.828,75
2017/07	15.990	R\$ 353.990.746,36
2017/08	15.191	R\$ 301.198.185,63
2017/09	10.882	R\$ 251.911.864,74
2017/10	16.197	R\$ 282.940.959,30
2017/11	16.310	R\$ 383.733.989,33
2017/12	13.712	R\$ 360.246.948,80
2018/01	10.615	R\$ 205.710.678,48
2018/02	8.538	R\$ 169.662.250,75
2018/03	10.831	R\$ 443.173.136,93
2018/04	8.040	R\$ 385.608.542,96
2018/05	4.606	R\$ 88.584.638,20
2018/06	1.499	R\$ 23.385.716,42
<b>Total</b>	<b>149.857</b>	<b>R\$ 3.646.087.486,65</b>

Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 24/08/2018.

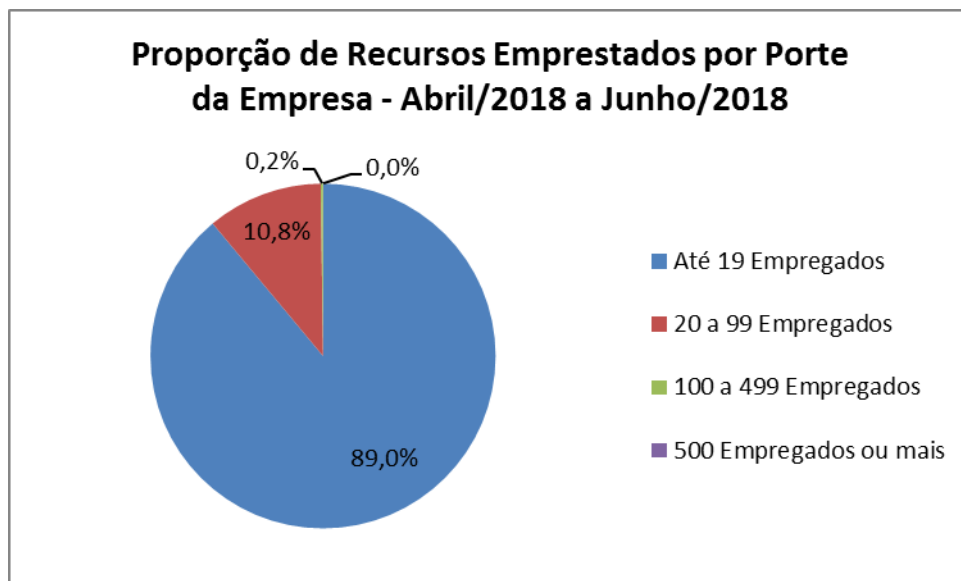
Considerando-se os diferentes Programas de Crédito financiados com recursos do PROGER, tem-se a seguinte evolução da proporção dos valores emprestados:

### Evolução da Proporção de Recursos Aplicados por Programa - Junho/2017 a Junho/2018



Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 24/08/2018.

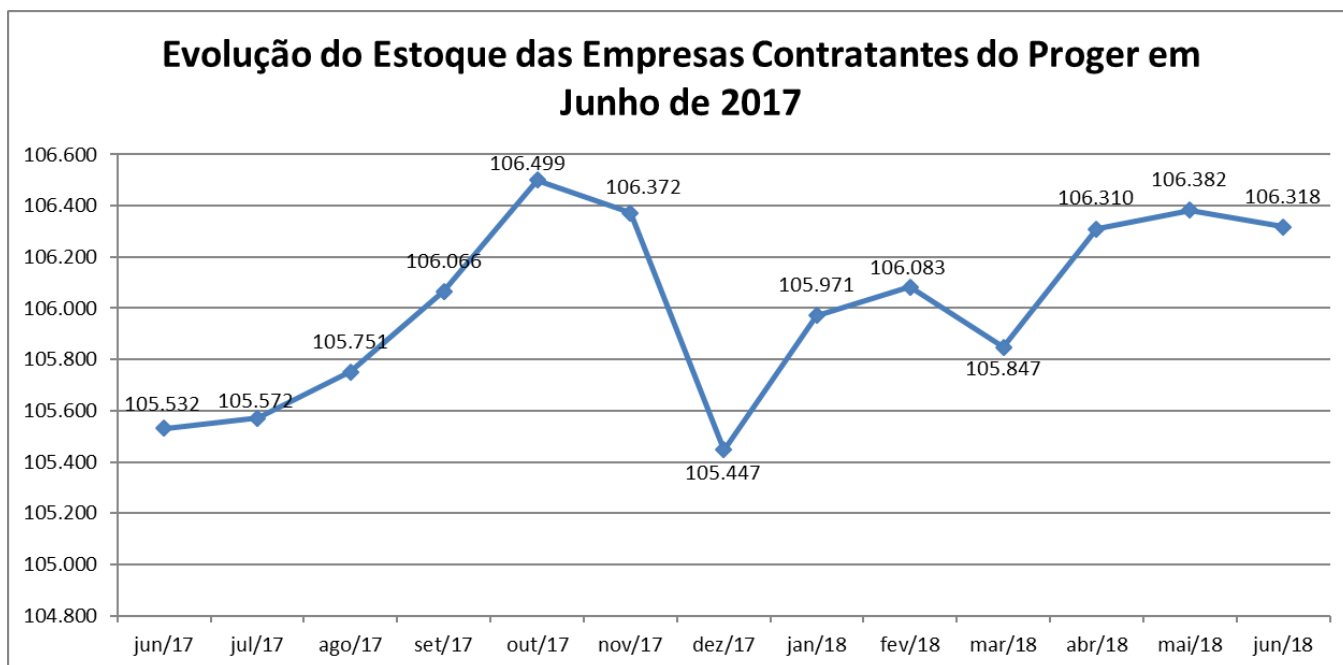
Para o período de abril de 2018 a junho de 2018, considerando-se a variável de porte da empresa, verifica-se que o maior volume emprestado realizado concentra-se nas empresas com até 19 empregados.



Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 24/08/2018.

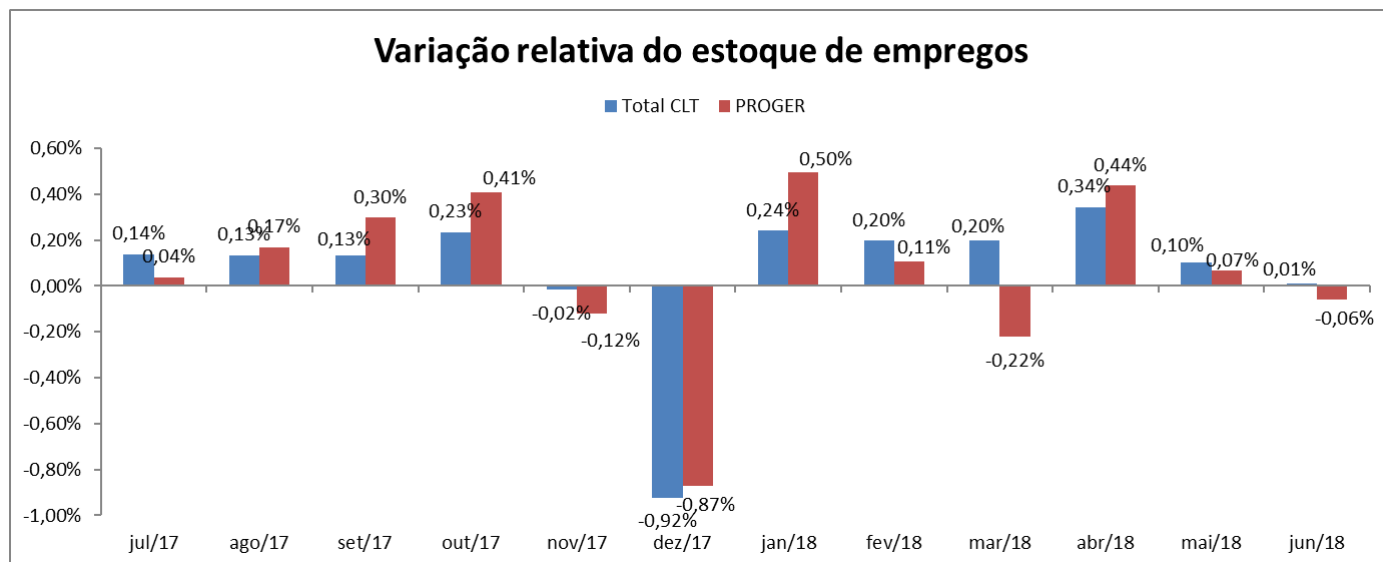
Para analisarmos o resultado do programa em termos de geração de empregos, o Gráfico abaixo apresenta o estoque total de empregos referente aos estabelecimentos com contratos firmados em junho de 2017 no âmbito do PROGER e que declaram a RAIS.

Acrescenta-se mês-a-mês, de acordo com o CAGED, o saldo entre admissões e desligamentos. Tais estabelecimentos apresentaram expansão em seu estoque de empregos nos meses seguintes à contratação do financiamento e comportamento oscilante nos meses seguintes.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 24/08/2018.

Ao compararmos os vínculos ativos celetistas nos estabelecimentos do PROGER com o total de estabelecimentos verifica-se que em agosto, setembro, outubro, dezembro de 2017 e janeiro e abril de 2018, aqueles geraram mais empregos, em termos relativos.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 24/08/2018.



## 7. Abono Salarial

A taxa de cobertura do Abono Salarial é a razão entre o número de benefícios pagos e o número de trabalhadores identificados. O quadro abaixo mostra a evolução do histórico de pagamentos PIS/PASEP de 2003 até [Julho/2018](#).

### Histórico de Pagamentos - BRASIL

EXERCÍCIO FINANCEIRO	PARTICIPANTES A BONO PIS/ PASEP			VALORES ALOCADOS
	A BONOS IDENTIFICADOS	A BONOS PAGOS (*)	TAXA COBERTURA	RECURSOS ( FAT )
2004/05	9.559.247	9.008.192	94,24%	2.320.658.203,32
2005/06	10.238.389	9.668.788	94,44%	2.841.802.523,00
2006/07	11.751.968	11.145.463	94,84%	3.814.587.154,77
2007/08	14.189.277	13.536.665	95,40%	5.025.114.269,28
2008/09	15.560.805	14.893.344	95,71%	6.052.640.073,06
2009/10	16.930.034	16.306.131	96,31%	7.417.689.565,14
2010/11	18.504.778	17.535.376	94,76%	8.813.738.341,82
2011/12	20.366.245	19.363.556	95,08%	10.464.059.581,64
2012/13	20.743.127	19.797.976	95,44%	12.216.896.645,92
2013/14	22.591.393	21.467.902	95,03%	14.470.749.245,19
2014/15	23.184.939	22.103.611	95,34%	15.930.921.888,68
2015/16	23.572.703	22.686.184	96,24%	18.867.296.710,27
2016/17	24.268.465	22.899.989	94,36%	16.060.146.572,97
2017/18	24.522.501	22.566.916	92,03%	16.663.782.810,64
2018/2019	24.518.467	1.681.482	6,86%	1.275.542.539,12
<b>TOTAL</b>	<b>280.502.338</b>	<b>244.661.575</b>	-	-

Exercício 2017/2018 - De 01/07/2018 a 30/06/2019

(1) Dados preliminares até JULHO/2018

Entre 2007 e 2018, observa-se um incremento no total de trabalhadores identificados com direito ao benefício.

Por conseguinte, o bom desempenho da taxa de cobertura apresentada até a finalização do calendário 2015/2016, com patamares acima de 95%. Entretanto, não há como se identificar, ou mesmo inferir a que se deve esta queda verificada a partir do exercício 2016/2017, considerando-se que tem sido expressivo o esforço do Ministério do Trabalho no sentido de ampliar o prazo de pagamento, bem como a divulgação nos diversos meios de comunicação disponíveis.

Com a adoção da ampliação de prazo do calendário 2017/2018, note que no decorrer do segundo semestre de 2018, estará ocorrendo, o pagamento dos remanescentes do calendário anterior e o início do pagamento do calendário 2018/2019, cuja execução no mês de julho/2018 representou uma cobertura de 6,89%, referente ao total de abonos previstos a serem pagos aos trabalhadores. O período regular de pagamento do calendário 2018/2019 será até 30 de junho de 2019.

## 8. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

### CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL

A Carteira de Trabalho Digital, lançada em novembro, em forma de aplicativo para celulares nas versões IOS e Android, funcionando como uma extensão da carteira de trabalho impressa, trazendo como novidades e benefícios, tais como agilidade e celeridade nos processos de requisição e emissão da Carteira de Trabalho impressa; e a integração das informações trabalhistas de diversos bancos de dados do governo federal, o que também contribuem para o aumento da segurança das informações.

### EMIÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A evolução da emissão da CTPS evidencia os esforços de modernizar o processo por meio da informatização e tornar o documento mais seguro, com o objetivo de dificultar rasuras e dificultar a ocorrência de fraudes contra o Seguro-Desemprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e os benefícios previdenciários.

Desde sua implementação, vem apresentando uma quantidade maior na emissão das carteiras informatizadas em relação às carteiras do modelo (manual). No primeiro semestre de 2018 foram emitidas 669.146 unidades de CTPS no modelo manual e outras 2.050.727 no modelo informatizada, totalizando 2.719.873 carteiras, conforme tabela abaixo.

**Quadro Comparativo – Número de CTPS emitidas no primeiro trimestre – 2018**

Descrição	1º semestre/2018
	Janeiro a junho
Modelo manual	<b>669.146</b>
Modelo informatizado	<b>2.050.727</b>
Total	<b>2.719.873</b>

Fonte: CIRP/CGCIPE/DER/SPPE/MTb

No mesmo período do ano de 2017, foram emitidas **656.755** CTPS manual e **1.987.440** CTPS no modelo informatizada, totalizando **2.644.195** documentos emitidos ao cidadão brasileiro.

2017	
TOTAL de CTPS SEMESTRE MANUAL	TOTAL de CTPS SEMESTRE INF.
<b>656.755</b>	<b>1.987.440</b>
<b>2.644.195</b>	

MINISTÉRIO DO  
TRABALHO

## 9. Análise Regional

A Tabela abaixo apresenta a sistematização dos valores gastos com o benefício do seguro-desemprego, a rede de atendimento SINE e o PROGER em cada estado e grande região (% em relação ao total), bem como a respectiva população economicamente ativa. No geral, observa-se que todas as regiões estão sendo atendidas por tais políticas e deve-se respeitar as especificidades regionais na escolha das ações.

UF	Valores gastos por política (% em relação ao total)			
	Seguro-Desemprego (1º semestre 2018)	Rede Atendimento SINE (2015-2017)	PROGER (1º semestre 2018)	PEA (2º trimestre de 2018)
<b>Norte</b>	<b>5,7</b>	<b>4,2</b>	<b>4,9</b>	<b>7,8</b>
Acre	0,2	0,2	1,7	0,3
Amazonas	2,2	-	0,2	0,4
Amapá	0,2	1,3	0,3	1,7
Para	1,6	1,1	0,1	3,7
Rondônia	0,7	0,3	1,6	0,8
Roraima	0,1	-	0,1	0,2
Tocantins	0,6	1,4	0,9	0,7
<b>Nordeste</b>	<b>15,9</b>	<b>28,6</b>	<b>22,9</b>	<b>23,7</b>
Alagoas	0,8	0,6	3,0	1,1
Bahia	4,3	8,6	2,3	6,8
Ceará	2,9	8,4	6,1	3,9
Maranhão	1,3	0,8	1,1	2,5
Paraíba	0,8	1,0	3,9	1,6
Pernambuco	2,9	8,1	1,9	4,0
Piauí	1,0	-	0,5	1,4
Rio Grande do Norte	1,1	0,8	0,1	1,5
Sergipe	0,7	0,3	3,8	1,0
<b>Sudeste</b>	<b>48,4</b>	<b>40,5</b>	<b>36,0</b>	<b>45,3</b>
Espírito Santo	1,8	0,4	9,6	2,1
Minas Gerais	9,8	14,3	1,7	10,8
Rio de Janeiro	7,9	6,4	6,9	8,2
São Paulo	28,9	19,4	17,7	24,2
<b>Sul</b>	<b>17,3</b>	<b>11,9</b>	<b>22,1</b>	<b>15,1</b>
Paraná	6,3	1,7	6,7	5,7
Rio Grande do Sul	6,1	7,7	7,9	5,7
Santa Catarina	4,9	2,4	7,5	3,6
<b>Centro Oeste</b>	<b>12,8</b>	<b>14,8</b>	<b>14,2</b>	<b>8,1</b>
Distrito Federal	5,2	1,6	1,6	1,6
Goiás	4,1	7,2	2,7	3,5
Mato Grosso do Sul	1,5	3,2	5,9	1,7
Mato Grosso	2,1	2,8	4,0	1,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

A região Norte é aquela que proporcionalmente vem recebendo menos investimentos de políticas de trabalho, porém é a que detém menor população economicamente ativa. Ações estruturais que visem ao desenvolvimento econômico da região, poderão trazer consequências favoráveis ao alcance de melhores resultados do mercado de trabalho local.

MINISTÉRIO DO  
**TRABALHO**

A região Nordeste recebeu investimentos especialmente na rede de atendimento de SINE e paralelamente tem apresentado bons resultados de intermediação de mão-de-obra, especialmente nos estados da Bahia e Ceará.

Como visto anteriormente, a região Sudeste é a que concentra a maior força de trabalho, o que justifica os maiores investimentos nesta região.

Já a região Sul apresenta os menores indicadores de desemprego e informalidade. Nesta região, destaca-se os investimentos com o PROGER.

Por fim, a região Centro-Oeste tem recebido investimentos especialmente na rede de atendimento SINE.

Valores gastos por política				
UF	Seguro-Desemprego (1º semestre 2018)	Rede Atendimento SINE (2015-2017)	PROGER (1º semestre 2018)	PEA (em mil) (2º trimestre de 2018)
<b>Norte</b>	<b>921.864.160,88</b>	<b>6.440.864,60</b>	<b>63.974.726,58</b>	<b>8.132</b>
Acre	31.931.558,27	235.698,81	22.356.406,51	341
Amazonas	352.639.336,52	0,00	3.047.435,94	365
Amapá	35.460.030,19	2.028.989,95	3.646.261,76	1.803
Para	264.444.762,88	1.650.705,00	1.017.481,37	3.820
Rondônia	121.084.262,67	462.011,75	21.452.206,39	868
Roraima	23.493.028,92	0,00	920.167,17	220
Tocantins	92.811.181,43	2.063.459,09	11.534.767,44	715
<b>Nordeste</b>	<b>2.589.734.131,98</b>	<b>43.419.516,44</b>	<b>301.208.704,20</b>	<b>24.736</b>
Alagoas	138.554.565,70	961.353,83	39.458.745,71	1.153
Bahia	698.602.429,73	13.013.069,45	30.904.641,02	7.077
Ceará	474.449.802,86	12.820.627,51	79.823.466,53	4.028
Maranhão	217.511.927,97	1.177.630,78	14.566.906,45	2.596
Paraíba	137.845.333,18	1.472.244,23	51.585.391,09	1.710
Pernambuco	466.864.159,71	12.300.027,00	25.453.942,88	4.202
Piauí	170.409.278,78	0,00	7.025.928,65	1.410
Rio Grande do Norte	179.180.893,44	1.179.312,86	1.798.514,73	1.531
Sergipe	106.315.740,61	495.250,78	50.591.167,14	1.029
<b>Sudeste</b>	<b>7.893.202.870,96</b>	<b>61.648.936,05</b>	<b>473.191.360,06</b>	<b>47.207</b>
Espírito Santo	294.646.418,33	667.246,07	126.649.606,45	2.137
Minas Gerais	1.594.397.260,84	21.703.717,62	22.803.146,97	11.286
Rio de Janeiro	1.282.906.161,79	9.767.981,81	91.066.327,31	8.585
São Paulo	4.721.253.030,00	29.509.990,55	232.672.279,33	25.199
<b>Sul</b>	<b>2.819.320.417,62</b>	<b>18.029.878,80</b>	<b>290.571.427,46</b>	<b>15.702</b>
Paraná	1.022.095.731,34	2.654.638,93	88.093.653,64	5.965
Rio Grande do Sul	991.283.721,35	11.775.406,30	103.836.727,86	5.940
Santa Catarina	805.940.964,93	3.599.833,57	98.641.045,96	3.797
<b>Centro Oeste</b>	<b>2.089.466.233,03</b>	<b>22.524.677,53</b>	<b>187.178.745,44</b>	<b>8.427</b>
Distrito Federal	844.654.950,35	2.446.900,97	20.987.961,74	1.684
Goiás	661.748.093,18	11.020.596,13	35.896.688,76	3.617
Mato Grosso do Sul	245.702.574,60	4.872.763,84	78.181.404,49	1.724
Mato Grosso	337.360.614,90	4.184.416,59	52.112.690,45	1.401
<b>Total</b>	<b>16.314.326.919,47</b>	<b>152.063.873,42</b>	<b>1.316.124.963,74</b>	<b>104.204</b>

## ANEXO

### ATIVIDADES DE GESTÃO

Esta seção visa demonstrar as principais atividades de gestão implementadas no período, em análise, visando o alcance dos resultados apresentados neste boletim, além das atividades de rotina das estruturas do Ministério do Trabalho.

#### Seguro Desemprego

Em novembro de 2017, foi disponibilizado o Módulo do Seguro-Desemprego no Emprega Brasil, o que permite aos trabalhadores realizarem um pré-requerimento ao benefício por meio da internet. Anteriormente, para encaminhar o Seguro-Desemprego o trabalhador precisava agendar o comparecimento presencial, preencher um formulário e entregar a documentação, atendimento este, em torno de 15 minutos. Apenas depois de comparecer ao posto de atendimento, começava a contar o prazo de 30 dias para recebimento do benefício. Com esta mudança, assim que receber a documentação para requerer o Seguro-Desemprego, o trabalhador poderá fazer o pedido imediatamente pela internet, por onde já poderá preencher o formulário de requerimento on-line. Ressalta-se que o trabalhador ainda precisará comparecer a um posto de atendimento pessoalmente para validar o requerimento, visando evitar possíveis fraudes, entretanto, o preenchimento prévio do cadastro online, já torna mais célere o atendimento presencial, e o prazo de 30 dias para receber o benefício começa a contar desde o preenchimento do formulário na internet.

Vale ainda destacar as seguintes iniciativas em 2017:

- Disponibilização no Sistema do Seguro-Desemprego de funcionalidade que permite a emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU, conforme os normativos vigentes.
- Encaminhamento ao CODEFAT de proposta de Resolução que trata dos procedimentos relativos à concessão do Seguro-Desemprego Trabalhador Formal com o objetivo de melhorar tais processos e adequação à legislação vigente.

#### PROGER e PNMPO

Dentre as atividades e iniciativas de gestão realizadas no período de janeiro a junho de 2018 no âmbito desses Programas destacam-se as seguintes:

- ✓ Edição da Nota Técnica Conjunta nº01/2018 – CGER/DER/SPPE e CGFAT/SOAD/SE, referente a Minuta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, a qual foi objeto de apreciação na 143ª Reunião Ordinária do CODEFAT (a nota técnica encaminha os trabalhos do GT Especial, criado pela Resolução CODEFAT n. 795, de 2 de agosto de 2017, com o objetivo de elaborar estudo para saneamento do FUNPROGER.

Dados preliminares mostram que mais de 490 mil trabalhadores foram beneficiários através da concessão de crédito do PROGER, dados informados referem-se à média de postos de trabalho gerados/mantidos pelos empreendimentos que tomaram crédito pelo PROGER no período de janeiro a abril de 2018.

Em outra frente, a Lei n.º 13.636, de 20 de março de 2018, estabeleceu que os recursos do FAT, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, poderão ser

operados pelas instituições financeiras oficiais federais, mediante os depósitos especiais de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, bem como pelas entidades previstas nos incisos V a XII do caput deste mesmo artigo, nesse segundo caso, com prestação de garantia por meio de títulos do Tesouro Nacional ou outra a ser definida pelo órgão gestor do FAT, nas condições estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.

A fim de elaborar documento para subsidiar tal análise pelo CODEFAT, foi criado pela Portaria Nº 293, de 04 de maio de 2018, publicada do Boletim Administrativo Nº 18, de 04 de maio de 2018, para a elaboração de um estudo para definir os requisitos necessários para o acesso aos recursos dos depósitos especiais do FAT, inclusive aqueles referentes à apresentação de garantias pelas entidades previstas nos incisos V a XII do artigo 3º, da Lei n.º 13.636, de 2018. A previsão de conclusão dos trabalhos do grupo é 30 de agosto de 2018.

### Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

No âmbito da CBO, informo que foram realizados Painéis de Atualização de 2 Famílias Ocupacionais, no trimestre de Abril, Maio e Junho de 2018.

### Intermediação de mão-de-obra – SINE

No mês de maio de 2018 – foi lançado o módulo Empregador do aplicativo SINE Fácil. Nesse módulo/versão, o empregador poderá pesquisar perfis profissionais, convocar para entrevistas, acompanhar processo seletivo, dentre outros, otimizando as ações de intermediação de mão de obra, além das funcionalidades já existentes no Portal Emprega Brasil e nos Postos da Rede SINE.

### Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS

No âmbito da Coordenação de Identificação e Registro Profissional - CIRP, foram realizadas melhorias no ambiente do sistema de Emissão de CTPS.

Tais ações melhoraram o atendimento em especial, com relação ao atendimento aos Venezuelanos que estão entrando na fronteira com Roraima, ocorreram ações por meio de realização de mutirões para atendimento a este público especificamente que aumentou em 75% comparado ao mesmo período do ano de 2017, ou seja, no ano de 2017 foram realizados de abril a junho 1.728 atendimentos, contra 6.825 atendimentos no mesmo período de 2018.

### RAIS e CAGED

No aspecto de melhorias da gestão, foram incluídos no CAGED os campos relativos à Reforma Trabalhista, de forma a possibilitar a captação e divulgação das movimentações trabalhistas contempladas na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Com isso, desde novembro/2017, o Ministério do Trabalho tem divulgado mensalmente dados relativos às movimentações no âmbito da reforma trabalhista

Importante ressaltar que a CGCIPE (antiga CGET/SPPE), está tratando com a Dataprev a metodologia que possibilitará a transição do sistema de captação de dados da RAIS e CAGED para a base do Esocial, uma vez que o empregador terá que fornecer ao eSocial as informações até então feitas na RAIS e no CAGED. Referida metodologia de transição visa garantir a segurança e continuidade das series históricas do emprego formal no Brasil.

Em relação à RAIS, já estamos em fase de recepção e fechamento dos dados de 2017.

## Qualifica Brasil

A gestão atual do Ministério do Trabalho, no intuito de reformular a política pública de qualificação social e profissional, visando melhorar sua efetividade, bem como ampliar o escopo e a qualidade dos cursos oferecidos, reestruturou o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, por meio da Resolução CODEFAT nº 783, de 26/04/2017. Com isso, o antigo PNQ passou a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, que tem por escopo a promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Conforme consta do art. 7º da resolução nº 783, o Qualifica Brasil apresenta 04 modalidades, sendo que destas, 02 (duas) já se encontram em processo de operacionalização, quais sejam: Projetos de Qualificação e Qualificação a Distância.

Ressalte-se, ainda, que no âmbito dos Projetos de Qualificação, é obrigatória a destinação de 10% (dez por cento) das vagas para atendimento a idosos e pessoas com deficiências. Neste caso, o trabalhador na condição de pessoa com deficiência poderá estar neste percentual obrigatório, desde que a deficiência que porta, não lhe seja impeditivo ao exercício da atividade laboral correspondente ao curso pretendido.

A Qualificação a Distância (QaD) contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação social e profissional por meio de equipamentos, redes e tecnologias de informação e comunicação, com difusão pela rede mundial de computadores e/ou por outros canais, de maneira a permitir a realização do ensino e da aprendizagem entre professores e alunos que estejam espacial e/ou temporalmente separados.

No que tange a QaD, vale ressaltar que, em novembro, foi disponibilizada a primeira versão do “Portal da Escola do Trabalhador”. Trata-se de uma das ações que o Ministério do Trabalho está implementando dentre várias estratégias para potencializar a qualificação do trabalhador e do desempregado. Tanto o Portal da Escola do Trabalhador quanto sua respectiva plataforma estão sendo desenvolvidos por meio de parceria (TED 001/2017) com a Universidade de Brasília (UnB).

Por meio da Escola serão ofertados cursos nos doze eixos temáticos respeitando as definições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Serão oferecidos, num primeiro momento, até cinquenta cursos modulares, na modalidade à distância, em plataforma moodle com acesso irrestrito, gratuito, sem necessidade de comprovação de escolaridade prévia.

Serão disponibilizados ainda no Portal, informações sobre possibilidades de cursos, certificações, oportunidades de estágios, e informações sobre a oferta de empregos. Além disso, apresentará também dados que permitam ao poder público obter indicadores que norteiem as políticas públicas voltadas ao trabalhador. E ainda, possibilitará a oferta de cursos por outras entidades que poderão vir a ser parceiras do Ministério, no âmbito da Escola do Trabalhador.

Até agosto de 2018 já foram disponibilizados 24 cursos na Escola do Trabalhador, sendo eles:

1. Agenciamento de viagens
2. Criando um negócio de sucesso
3. Higiene na indústria de alimentos
4. Introdução ao Excel
5. Português Básico para o mundo do trabalho
6. Demonstrações contábeis e sua análise
7. Conhecendo o perfil do Agente Comunitário de Saúde e seu processo de trabalho
8. Fundamentos e processos de gestão de Recursos Humano
9. Segurança da Informação
10. Edição e tratamento de imagens
11. Inglês aplicado ao mundo do trabalho

12. Cuidando de pessoas idosas
13. Comunicação Escrita para o Trabalho
14. Elaboração de folha de pagamento de empresas
15. Análise de investimentos
16. Espanhol Aplicado ao Mundo do Trabalho
17. Análise de Risco na Construção Civil
18. Empreendedorismo na pesca
19. Planejamento de negócios na pesca
20. Gestão da qualidade
21. Processos industriais
22. Excel Intermediário
23. Identidade Visual e Gestão de Clientes
24. Português para Hispanofalantes

Outra importante inovação é o Mapeamento de Demandas de Qualificação Social e Profissional - MDQSP que tem o propósito de evidenciar as demandas de qualificação social e profissional em base territorial, com vistas a nortear a execução de todas as ações do QUALIFICA BRASIL.

Os recursos para o programa Escola do Trabalhador são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que também aposta na qualificação para a melhoria da renda e conquista de melhores oportunidades pelo trabalhador.

### Análise de Prestações de Contas

Quanto à atividade de análise de prestações de contas, com base no passivo de processos “em análise” e “a serem analisados”, pode-se considerar que esta tarefa é prioridade na pauta da SPPE, sendo objeto de diversas ações para adotar uma estratégia consistente para solução do problema, além de constante conscientização da administração superior sobre a urgência que a situação requer. Dessa forma, a SPPE definiu um plano de ação contendo algumas medidas estruturantes que vêm sendo tomadas ao longo do último ano para que a atual situação do passivo seja resolvida com a maior brevidade possível, com destaque para: i) criação da Coordenação Geral de Prestação de Contas; ii) racionalização dos processos internos; iii) visitas técnicas a outros Ministérios com situação semelhante resolvida; iv) manualização de procedimentos de análise de prestação de contas física e financeira; v) descentralização de parte dos processos para as Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego - SRTes; vi) publicação da Portaria 661 de maio de 2017 (racionalização dos processos); vii) solicitação de novos servidores ao Gabinete do Ministro; viii) realocação interna de servidores para a CGPC; e ix) solicitação de funções gratificadas para a equipe da CGPC; x) estudos para implementação de trabalho remoto; e xi) elaboração de minuta de Portaria para Análise Simplificada do Passivo de Prestação de Contas.

A principal medida adotada pela nova gestão na SPPE foi a criação de uma estrutura organizacional formalizada no organograma do Ministério com dedicação exclusiva à análise de prestação de contas, a Coordenação Geral de Prestação de Contas - CGPC, que conta com duas coordenações (Física e Financeira), e uma assessoria técnica, estrutura vigente desde 31.03.2017.



Secretaria Executiva do CODEFAT

A Secretaria Executiva do CODEFAT cabe ao Ministério do Trabalho, de acordo com a Lei nº 7.998/90, e é exercida pelo Departamento de Gestão de Benefícios – DGB/SPPE/MTb, por força do Decreto nº 9.116/2016.

Amparado no exercício das atribuições da SE/CODEFAT, especialmente a de coordenar as atividades para realização das reuniões do CODEFAT e do Grupo Técnico do FAT - GTFAT e de promover a compatibilização entre as ações afetas à esfera de competência do MTb e as do CODEFAT, no segundo trimestre de 2018 foram obtidos os seguintes resultados:

- ✓ Realização de 5 (cinco) reuniões, sendo 3 (três) do GTFAT e 2 (duas) do CODEFAT, nas quais foram aprovadas 11 (onze) resoluções, quais sejam:
- ✓ Resolução n. 804/2018 - Altera a Resolução nº 511, de 18 de outubro de 2006, que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO;
- ✓ Resolução n. 805/2018 - Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE, para o exercício de 2018;
- ✓ Resolução n. 806/2018 - Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2018 entre as modalidades no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL;
- ✓ Resolução n. 807/2018 - Altera a Resolução CODEFAT nº 780, de 14 de dezembro de 2016, que estabelece diretrizes básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE;
- ✓ Resolução n. 808/2018 - Altera a Resolução nº 758, de 9 de março de 2016, e aprova o Termo de Referência de que trata o seu art. 29;
- ✓ Resolução n. 809/2018 - Altera a presidência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT;
- ✓ Resolução n. 810/2018 - Aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para o Exercício de 2019;
- ✓ Resolução n. 811/2018 - Aprova a Prestação de Contas do FAT, em processo unificado, relativa ao exercício de 2017;
- ✓ Resolução n. 812/2018 - Aprova a Prestação de Contas do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, relativa ao Exercício de 2017;
- ✓ Resolução n. 813/2018 - Disciplina o pagamento do Abono Salarial referente ao exercício de 2018/2019;
- ✓ Resolução n. 814/2018 - Estabelece o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – Qualifica Brasil.

Com vistas a aferir o grau de participação social na gestão do FAT, foi apurado o percentual de presença dos conselheiros nas reuniões do CODEFAT no segundo trimestre, o qual resultou em 75% por cento do total de conselheiros.

MINISTÉRIO DO  
**TRABALHO**

Além disso, com o objetivo de promover melhorias no suporte ao funcionamento do CODEFAT, a Secretaria Executiva do CODEFAT, por meio da Coordenação-Geral do CODEFAT - CGCODEFAT, realizou diversas atividades relativas ao processo de desenvolvimento do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT - SIGOC pela DATAPREV.

O SIGOC se configura como ferramenta de comunicação para os Conselheiros do CODEFAT, com o intuito de melhorar o desempenho de suas atribuições. Permitirá automatização do controle das informações relativas às atividades e decisões do Conselho e também maior intercâmbio de informações e comunicação (em tempo real) entre o CODEFAT e os Conselhos de Emprego das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal).